

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Gabriela Andrade de Oliveira

Assistência Estudantil na Pandemia: reflexões a partir da experiência da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis

2023

Maria Gabriela Andrade de Oliveira

Assistência Estudantil na Pandemia: reflexões a partir da experiência da
Universidade Federal de Santa Catarina

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador(a): Dr.(a) Heloísa Teles

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Maria Gabriela Andrade de
Assistência Estudantil na Pandemia: : reflexões a
partir da experiência da Universidade Federal de Santa
Catarina / Maria Gabriela Andrade de Oliveira ;
orientadora, Heloísa Teles, 2023.
84 p.

2. Assistência Estudantil. 3. Pandemia. 4. UFSC. 5. Evasão
. I. Teles, Heloísa . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. . III. Título.

Maria Gabriela Andrade de Oliveira

Assistência Estudantil na Pandemia: reflexões a partir da experiência da
Universidade Federal de Santa Catarina

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 23 de junho de 2023.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)
Orientador(a)

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)
Instituição [nome da instituição]

Insira neste espaço
a assinatura

Prof.(a) [nome do(a) professor(a)], Dr.(a)
Instituição [nome da instituição]

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho à minha família, amigos e meu amor, que me dão forças e coragem para alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Aurélia, por me inspirar a ser uma mulher forte e me prestar todo seu apoio nessa nova etapa da minha vida.

À minha orientadora, Helô, por não me deixar surtar durante a escrita desse trabalho, me transmitindo paz e tranquilidade.

Aos amigos que fiz durante os cinco anos de UFSC, que me apresentaram uma nova perspectiva de observar o mundo.

À minha banca pela disponibilidade e por acreditar no potencial de meu trabalho, representando contribuintes edificantes para essa produção acadêmica e minha formação profissional.

E a mim mesma, por ter conseguido superar meus medos e chegar até aqui.

RESUMO

A pandemia da COVID-19 assolou o mundo todo a partir de 2020 e trouxe inúmeros desafios nas diferentes dimensões da vida social, sejam elas econômicas, políticas e sociais. Tratando-se de uma pandemia global, mobilizou instituições públicas e privadas, famílias e sujeitos a reorganizaram suas vidas no intuito de seguir as recomendações de saúde para enfrentamento da crise sanitária. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto gerado pela pandemia de COVID-19 na assistência estudantil das universidades brasileiras, tendo como lócus de análise a Universidade Federal de Santa Catarina. O estudo refere-se a uma revisão bibliográfica e documental, de abordagem quanti-qualitativa, incluindo produções científicas que tratassem do tema, bem como documentos institucionais da UFSC. Compreende-se que a UFSC, assim como as demais universidades do país, passou por mudanças significativas que culminaram na ampliação das demandas dos estudantes recebidas pela assistência estudantil. Diante disso, a universidade precisou agir de forma rápida para ofertar novas ações e programas que incorporassem a conjuntura pandêmica. Como resultados, apreende-se que a assistência estudantil da UFSC respondeu rapidamente às problemáticas intensificadas pela pandemia, permitindo que a maioria dos estudantes ingressasse no ensino remoto de forma segura e com qualidade. Entretanto, identifica-se também que a falta de planejamento e os limites orçamentários, institucionais e humanos, geraram complicações nas ações dispostas, implicando no não atendimento da totalidade das reivindicações e demandas estudantis.

Palavras-chave: pandemia; ensino superior; assistência estudantil; evasão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BU – Biblioteca Universitária

CUn – Conselho Universitário

CoAd - Coordenadoria Administrativa

DAE - Departamento de Assistência Estudantil

DeAE - Departamento de Assuntos Estudantis

DGME - Departamento de Gestão da Moradia Estudantil

DPE – Departamento de Permanência Estudantil

EaD – Ensino à Distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ERE - Ensino Remoto Emergencial

Fesa - Frente Estudantil de Segurança Alimentícia

FHC - Fernando Henrique Cardoso

Fonaprace - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEG - Instituto de Estudos de Gênero

IFES - Institutos Federais de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAAE – Programa de Apoio à Atividades Esportivas

PAAI - Programa de Apoio à Aprendizagem de Idiomas

PAC - Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade

PAIQ - Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas

PAI - Portal de Atendimento Institucional

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PRAE - Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis

Prodegesp - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Proex - Pró-Reitoria de Extensão

Prograd - Pró-Reitoria de Graduação

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI - Reestruturação das Universidades Federais

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RU – Restaurante Universitário

Sead - Secretaria de Educação à Distância

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E OS REBATIMENTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	15
2.1 BRASIL: A TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO AO CAPITALISMO DEPENDENTE E O APROFUNDAMENTO DA VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE.....	15
2.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE	23
3 A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E AS RESPOSTAS OFERTADAS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	29
3.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: A BUSCA DA TRILHA HISTÓRICA	29
3.1.1 Perfil dos(as) estudantes do ensino superior no Brasil.....	37
3.2 NAVEGANDO A TEMPESTADE DA PANDEMIA.....	40
3.2.1 Desvendando os Impactos da Pandemia de COVID-19 na Realidade Educação Brasileira.....	45
3.3 DESAFIOS AMPLIADOS: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL TRANSFORMADA.....	48
3.4 EXPLORANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	52
3.4.1 O Impacto da Pandemia na Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina.....	57
4 CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito fundamental e um instrumento essencial para a emancipação social, possibilitando a constituição de sujeitos conscientes e cidadãos ativos. Porém, os elementos oriundos da formação sócio-histórica de nosso país produziram um nível de desigualdade barbárica, assentado no racismo e violência, que tem historicamente alijado a população do acesso a condições dignas de vida.

Na particularidade da educação os resultados não são diferentes, visto os baixos índices de aproveitamento e a manutenção do caráter elitista, tornando distante a possibilidade do acesso e permanência a todos. Apenas a criação de sistemas de cotas no âmbito educacional, com o intuito de diminuir tais desigualdades ao trazer uma expansão no acesso à educação para a classe mais pauperizada da sociedade, não é suficiente. É preciso garantir para esses estudantes a sua permanência nesses espaços, assim como também uma educação de qualidade. Para isso é necessário a criação de políticas assistenciais que garantam o direito à educação numa perspectiva mais ampla de cidadania.

Nesse contexto, a assistência estudantil surge no sentido de minimizar os efeitos das expressões da questão social, viabilizando o acesso, melhor desempenho acadêmico e a permanência do estudante até o fim do seu curso no ensino superior. Ademais, pretende contribuir na promoção da igualdade de oportunidades e a inclusão social entre os graduandos, através de medidas que busquem combater a evasão estudantil do ensino superior.

As instituições de ensino, através da assistência estudantil, oferecem programas aos estudantes, como auxílio creche, auxílio moradia e moradia estudantil, bolsa estudantil, apoio pedagógico e psicológico, assistência à alimentação, transporte, inclusão digital. Para isso, é necessário recursos orçamentários, que advém tanto do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, quanto do próprio orçamento das instituições de ensino superior. Contudo, como os recursos orçamentários se mostram insuficientes para atender todos os alunos que buscam os programas de assistência estudantil, são criados critérios de seleção que levam em consideração o perfil socioeconômico do estudante.

Com a pandemia do novo coronavírus que teve início em 2020, responsável por causar a doença COVID-19, nos encontramos numa situação de emergência de saúde pública, gerando um agravamento das expressões da questão social e afetando diversos âmbitos, inclusive na permanência de estudantes no ensino superior brasileiro. Inicialmente diversas universidades e instituições permaneceram fechadas e sem previsão de retorno. Quando as aulas voltaram a dinâmica educativa estabelecida foi a partir do ensino remoto, fazendo com que os discentes, docentes e técnicos da universidade passassem por muitas adversidades. Particularmente quanto aos discentes, essa situação foi agravada, considerando que muitos são oriundos de outras cidades e estados e tiveram a necessidade de voltar para suas cidades de origem e dispor do seu próprio ambiente e materiais de estudo. O ensino de forma remota implica que os estudantes tenham certo conhecimento tecnológico e os equipamentos adequados para um aprendizado de qualidade.

Posto isso, a pesquisa ora apresentada busca analisar o impacto gerado pela pandemia de COVID-19 na assistência estudantil das universidades brasileiras, tendo como lócus de análise a Universidade Federal de Santa Catarina. O estudo partiu da indagação sobre como as ações de assistência social das universidades brasileiras responderam às demandas originadas da pandemia de COVID-19 na assistência estudantil, tendo como universo de análise a UFSC.

Diante de tal questionamento, tem-se como hipótese que muitos estudantes, por conta da falta de acesso a equipamentos de telecomunicação e serviços oferecidos pela universidade, tiveram dificuldades de acompanhar as aulas na modalidade remota. Problemas de conexão, a não disponibilidade de um computador em casa, não ter prática com a tecnologia da informação e por falta de ambiente adequado e silencioso, além de outras problemáticas como a alimentação por conta do fechamento do Restaurante Universitário, prejudicaram a aprendizagem e geraram um aumento na evasão estudantil.

Conseqüentemente, essas situações desdobraram no aumento significativo de demandas à assistência estudantil, além de intensificar os desafios já existentes na área, desde o orçamento insuficiente, pequena quantidade de servidores para um grande número de estudantes, sobrecarga profissional, levando em conta que os profissionais da área também passam pelas dificuldades do trabalho remoto. Perante tais situações a assistência estudantil buscou, dentro do possível e da

autonomia que tem, criar novas medidas e substituir medidas antigas, que já não cabem mais para o momento em que vivemos, em prol de garantir a permanência dos estudantes e seu ensino de qualidade durante a pandemia e o ensino remoto.

Posto isso, esta pesquisa torna-se significativa por tratar de um tema atual que afetou e segue afetando a vida de todos nos mais diferenciados âmbitos da nossa sociedade. Ademais, as reflexões aqui apresentadas buscam fortalecer as discussões e ampliar o referencial teórico sobre a assistência estudantil durante o período da pandemia, tendo como recorte analítico a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A UFSC foi eleita como lócus de análise, pois a pesquisadora estagiou no DPE (Departamento de Permanência Estudantil) da universidade nos anos de 2021 e 2022 e tem certa proximidade com o assunto, tendo tido a possibilidade de observar de perto as solicitações e relatos dos estudantes nesse período, acompanhando a atuação dos assistentes sociais frente às demandas e tendo acesso mais facilmente à informações importantes para a pesquisa.

O impacto da pandemia de COVID-19 na assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina reverberou em diversas sequelas, afetando a estrutura da universidade, a permanência dos estudantes e o psicológico dos profissionais assistentes sociais envolvidos. Em minha vivência como estudante, inserida na universidade durante a pandemia, presenciei e convivi com colegas que passaram por complicações na sua estadia na UFSC durante esse momento, e como estagiária tive contato diariamente a relatos de estudantes que passam por dificuldades de permanência na universidade até hoje, dificuldades estas que foram acentuadas pela COVID-19.

O Brasil já passava por um processo de degradação das condições de vida e de trabalho desde 2016 com as contrarreformas aprovadas pelo Congresso. Nesse contexto, a pandemia apenas acentuou essas questões, resultando, infelizmente, em um grande número de mortes, disseminação do negacionismo, impacto na economia, intensificação do desemprego, inflação, ajuste fiscal, alastramento de ideais ultraneoliberalistas e neofascistas no país, e, por fim, também o desfinanciamento das políticas sociais. Todas essas questões afetaram diversos âmbitos da vida do brasileiro, e dentre estes pode-se citar a permanência estudantil.

É de extrema importância refletir sobre esse cenário buscando compreender como uma situação de saúde pública repentina afeta e afetou a permanência de

estudantes nas universidades, contemplando não apenas seus efeitos imediatos como também suas consequências, levando em consideração que essas mudanças afetam também a atuação do profissional assistente social, que passaram por diversos impactos na sua atuação profissional.

Na busca de analisar os elementos que compõem a realidade citada anteriormente, indica-se que a metodologia adotada no presente estudo é do tipo revisão bibliográfica e documental, de abordagem quanti-qualitativa, posto a importância de cotejar os dados que remetem ao quantitativo dos fenômenos com a interpretação das diferentes realidades (SOUZA; KERBAUY, 2017). A coleta de dados foi realizada através do levantamento de produções científicas que versavam sobre o tema, utilizando as seguintes palavras-chave/ descritores: pandemia, ensino superior, assistência estudantil, evasão escolar. Ademais, foram analisados os relatórios de gestão da UFSC no período da pandemia para identificar os resultados alcançados e acompanhar as previsões de atividades para os próximos anos, assim como também foram analisados os editais dos programas criados na pandemia, buscando compreender seus critérios de inscrição e seus benefícios.

O referido trabalho está organizado em quatro itens, sendo o primeiro a introdução. O segundo item, que foi dividido em dois subitens, realizará uma contextualização da formação sócio-histórica brasileira e os seus rebatimentos na educação. O terceiro item, dividido em quatro subitens, trará a pandemia dentro do cenário disposto no Brasil, tratado no item anterior, compreendendo seus impactos no país e mais especificamente na educação, assim como as respostas da assistência estudantil diante desse momento atípico, realizando, por fim, uma análise mais minuciosa da assistência estudantil da UFSC. O quarto item trará minhas considerações finais.

2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E OS REBATIMENTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Para compreender a educação e a forma como vem sendo garantida (ou não) em nosso país é preciso contextualizá-la e compreendê-la a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando os aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos do Brasil. Fatores que serão tratados nos itens a seguir.

É preciso assimilar as profundas marcas deixadas pelo escravismo tardio, como o lucro garantido às custas do trabalho escravo e da expropriação das riquezas do Brasil que enriqueceu os colonizadores e engendrou a violência e a desigualdade como marcas profundas em nosso país. Com a abolição da escravatura, o Brasil transita do escravismo para o capitalismo dependente, alicerçado no racismo e no patriarcado, torna-se inviabilizado de se desenvolver nacionalmente e aprofunda o subdesenvolvimento econômico, cultural e político. Desse contexto surge um país racista, violento e desigual, que nega seu passado de explorações e escravidão, tornando cada vez mais distante a conscientização da população sobre sua realidade, em prol de manter uma classe trabalhadora alienada e com sérias dificuldades para sua mobilização e organização.

2.1 BRASIL: A TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO AO CAPITALISMO DEPENDENTE E O APROFUNDAMENTO DA VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE

A compreensão sobre a atual realidade brasileira demanda, necessariamente, a realização de uma digressão histórica, mesmo que de forma breve, objetivando localizar os determinantes fundantes da exploração da força de trabalho e reprodução da vida social em nosso país. Esse TCC parte da premissa de que é na dialética da transição do escravismo colonial e consolidação do capitalismo dependente que residem as pistas fundamentais para decifrar a realidade social do nosso país na atualidade.

Desse modo, cabe retomar o período denominado por Moura (2014) como escravismo tardio, pois é nesse contexto histórico que o monopólio de terras e a escravidão, sobretudo da população africana, se constituíram como as bases fundamentais para a dependência e a superexploração da força de trabalho.

O capitalismo cresceu às custas do trabalho escravo, da apropriação de territórios e da exploração da riqueza de colônias, utilizando o racismo como uma arma ideológica de dominação para normalizar e justificar a invasão de áreas consideradas “inferiores” pelas “raças eleitas e civilizadas” (SOUZA, 2020). No período colonial, o Brasil tinha como função o fornecimento de bens primários para os países colonizadores, garantindo o processo de acumulação primitiva. Os lucros obtidos das exportações eram drenados para a Europa e, conseqüentemente, não foram constituídas as condições para criação do mercado interno e desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Destaca-se o papel desempenhado pelo Estado na garantia do protecionismo ao capital internacional, enquanto as poucas iniciativas econômicas nacionais não recebiam nenhuma forma de resguardo.

Os lucros gerados pela estrutura colonial poderiam ter sido revertidos para o investimento da economia nacional, sendo capaz de dinamizar a estrutura econômico-político-social e modernizar o Brasil. No entanto, a lógica colonial, calcada na exploração para a exportação e drenagem das riquezas naturais, serviu para constituir as condições que permitiram a expansão capitalista a nível global e a maturação do capitalismo industrial.

Já no contexto de derrocada do sistema colonial importa destacar o papel decisivo desempenhado pela Inglaterra na consolidação do capitalismo dependente. A então potência mundial decreta o fim do tráfico de escravos para suas colônias em 1807 e a abolição da escravidão em 1833. Desde então o país passou a condenar o escravismo, apesar de sua motivação para tal ter sido unicamente econômica e de modo nenhum humanista. A prova disso é que a Inglaterra, em busca da expansão de seu lucro próprio e também como forma de solucionar parte do problema estrutural culminado pela crise que o capitalismo passava na época, apesar de publicamente condenar a escravidão, admitia o escravismo, ainda presente, nas colônias de outros países, como é o caso do Brasil, a fim de se apropriar diretamente de suas riquezas e desfrutar de suas matérias primas produzidas pelo trabalho escravo. Dessa forma é, somente, após o capitalismo extrair todo lucro possível das colônias, concebido através do sistema escravista, que esse sistema passou a se tornar um estorvo para a expansão capitalista, visto que, agora o trabalho livre assalariado era muito mais fértil e barato que o escravo, como afirma Souza (2020).

Em virtude dos fatos citados anteriormente, o escravismo termina no Brasil apenas em 1888, sendo o último país da América Latina a aprovar a abolição. O país sai diretamente de uma sociedade escravista para um capitalismo dependente, onde a parcela de força de trabalhadores agora “livres” não possuía nenhum resguardo do Estado, tendo sua integração social, cultural e econômica impossibilitadas e sendo empurrados para a margem da sociedade. Foi esse contexto que deixou marcas permanentes no Brasil, impactando as estruturas produtivas e as relações de produção do país, inviabilizando o desenvolvimento nacional, gerando o subdesenvolvimento e a deterioração da economia, cultura e política.

A lógica do subdesenvolvimento é um projeto econômico e político, alicerçada numa ofensiva ideológica que tem no racismo e patriarcado seus elementos dinamizadores. Como afirma Netto (2012), a retórica do capitalismo, perpetuada pelos países considerados de primeiro mundo, ainda insiste em atribuir a culpa das expressões da questão social ao fato de sermos um país subdesenvolvido e ao nosso passado, ignorando todo seu envolvimento no mesmo.

Na dinâmica do capitalismo dependente pode-se observar uma classe trabalhadora superexplorada que teve sua participação na riqueza socialmente produzida praticamente anulada, devido a marginalização e exploração já sofridas e naturalizadas desde a colonização, reprimindo suas chances de contrapor a situação em que se encontram. A pretensa burguesia brasileira não contesta tais situações, muito pelo contrário, suas ações colaboram ainda mais para o aprofundamento dessa exploração, produzindo e reproduzindo as condições de desigualdade, miséria e precariedade, pois o capitalismo se constrói em cima disso, evitando ao máximo qualquer mudança estrutural nas relações de poder. Para tanto, usa o Estado para garantir e proteger seus próprios interesses, renunciando qualquer política que alterasse a distribuição de riquezas, buscando manter seus privilégios (SOUZA, 2020).

O Brasil, como informa Souza (2020), é o país nas Américas com o maior contingente populacional afrodescendente. Apesar da retórica falaciosa sobre o país viver uma democracia racial, propagando a ideia de um território amistoso e cordial, onde todos são brasileiros e, conseqüentemente, iguais, na prática ignora-se todas as contradições da escravidão e exploração, observando-se um país desumano e violento, assolado pelo racismo, tratando a população negra e indígena como uma

minoria, rebaixando-as social e moralmente ao minimizar sua existência e luta. Agrava esse quadro a existência de políticas como a política indigenista que “[...] previa que os povos indígenas deveriam ser integrados pela nação e, conseqüentemente, abrirem mão de suas identidades étnicas, para tornarem-se ‘apenas’ brasileiros.” (MUNDURUKU, 2012, p.209).

Ao mesmo tempo em que a reprodução da estrutura racista e violenta promove essa desigualdade, também afirma que todos possuem as mesmas oportunidades declarando que se os negros e os indígenas não conseguem melhores posições sociais é por sua própria culpa. Para manter essa alienação chamada de democracia racial, as classes dominantes buscam manter o país distante de qualquer forma de conscientização afro-brasileira, apagando a memória, a história e invisibilizando o negro e o indígena.

Sobre o racismo como arma ideológica de alienação podemos afirmar que:

(...) na particularidade dos países de origem colonizada, em que o escravismo e a servidão foram fundantes das relações contraditórias que antecederam o capitalismo, as cisões geradas pela alienação colonial são continuadas, exatamente porque a estrutura produtiva desses países, diante do imperialismo e a dependência, perpetua as condições de reprodução daquela alienação: a propriedade privada da terra e dos meios de produção; a produção primária voltada ao mercado externo; a racialização como tentativa de justificar e naturalizar a desigualdade social. (SOUZA, 2020, p.158).

Para garantia da reprodução do capitalismo, é necessário que a massa trabalhadora seja alienada, sem consciência de classe, sem reconhecimento do processo e resultado do seu trabalho. Na particularidade brasileira, agrava esse quadro o extenso período em que a escravidão se constituiu como modo de produção, pois negou a condição de ser social de grande parte da classe trabalhadora brasileira: os trabalhadores negros, aqui escravizados. Essa dinâmica racista teve incidência direta na articulação política dos trabalhadores, contribuindo para a criação de uma classe subordinada que tem dificuldades para se reconhecer como pares (SOUZA, 2020).

A reprodução do capitalismo dependente ocorre a partir do prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, assim como remuneração ínfima, impossibilitando os trabalhadores de consumirem até o estritamente indispensável, além de dispor de uma massa trabalhadora muito acima do necessário para o

mercado de trabalho, dessa forma, garantindo uma reserva de mão de obra, composta, em sua grande maioria, pela população negra.

Esse processo de pauperização massiva da população trabalhadora pode parecer um fenômeno novo, resultante do capitalismo, mas a desigualdade entre classes sempre existiu, no entanto, agora temos uma nova dinâmica. A pobreza no pré-capitalismo era derivada da escassez de insumos, atualmente, a pobreza cresce, de forma contraditória, proporcionalmente, à capacidade de produzir riquezas.

Netto (2012, p. 206), sobre as desigualdades na ordem burguesa, afirma que:

(...) decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso.

A questão social passa então a ser vista e propagada pelos conservadores como algo sem solução, que vai existir em toda e qualquer ordem social, de forma a naturalizar a exploração e alienar os trabalhadores, criando a narrativa de que a única solução para amenizar a gravidade da conjuntura são medidas sócio-políticas, que de forma alguma buscam alterar a estrutura econômica atual.

Nesse contexto, o período pós Segunda Guerra Mundial (1945 a 1970) registrou a expansão do capitalismo, sendo denominado pela literatura como os trinta anos gloriosos. Esse processo desencadeou o aprofundamento da globalização e, conseqüente, expansão do capitalismo financeiro. Concomitante, há um movimento importante da classe trabalhadora em torno da reivindicação de seus direitos e a conquista de uma série de políticas sociais a qual serão denominadas como estado de bem-estar social¹.

Apesar de se tratar de um país de capitalismo dependente, o Brasil também viveu um período de conquistas de direitos e regulação das condições de trabalho no governo de Getúlio Vargas. Exemplo disso foi a consolidação da CLT de 1943, que representou um avanço significativo em termos de direito trabalhista, mas sem chegar perto da constituição de um verdadeiro estado de bem-estar social, visto que

¹ Responsabilização do Estado pela promoção da vida econômica e social, intervindo na economia e garantindo a defesa dos direitos dos cidadãos.

as demandas da classe trabalhadora foram atendidas, sem ter havido alterações substanciais na estrutura político, econômica e social.

Vale destacar que a cada “fase” do capitalismo e, conseqüentemente, da intensificação da exploração, se instauram expressões sócio-políticas diferenciadas (NETTO, 2012). Na dinâmica da proteção social no Brasil as diferentes expressões retratam a desresponsabilidade histórica do Estado frente às necessidades sociais da população. Os deficitários direitos sociais conquistados no início do século XX foram restritos a uma parcela da população de característica, predominantemente, branca e urbana. O contingente populacional de trabalhadores até então escravizados foi relegado à franja marginal (MOURA, 2014), contando com a própria sorte para garantia da sua reprodução social.

Em 1970, quando começa a ocorrer o esgotamento dos anos dourados do capitalismo e a ascensão do neoliberalismo, ocorrem profundas transformações, expressando-se a partir de três principais âmbitos: a flexibilização, a desregulamentação e a privatização (NETTO, 2012). A junção dessas transformações resultou na superacumulação e centralização de capital, no desemprego estrutural com o crescimento da reserva da força de trabalho e na precarização das condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo daquelas frações que historicamente não contaram com nenhuma forma de proteção do governo. Estão incluídos nesse grupo desde aposentados, doentes, crianças, até trabalhadores que foram expulsos do mercado de trabalho. Na contramão, o Estado tem sua intervenção cada vez mais reduzida e desqualificada. A desregulamentação é maquiada “[...] como ‘modernização’ que valoriza a ‘sociedade civil’, liberando-a da tutela do ‘Estado protetor’ [...]” (NETTO, 2012, p. 214), culminando na responsabilização da sociedade civil de atribuições que deveriam ser do Estado, assim como na despolitização das lutas e demandas democráticas.

Todas essas conseqüências se dão de forma muito mais forte no Brasil, visto que este nunca teve a mesma proteção social e trabalhista que os países de capitalismo central, como citado anteriormente. Agrava esse quadro o retrocesso vivido no âmbito das políticas sociais e trabalhistas no período do regime militar (1964 a 1968) que aprofundou o caráter dependente da economia brasileira. Aqui inclui-se a educação que tem no setor privado o ápice de sua expansão.

O processo de redemocratização nos anos 1980 e a promulgação da Constituição de 1988 trouxe muitos avanços para os direitos sociais e do trabalho,

assim como uma estrutura sindical com mais liberdade. Entretanto, não foi possível superar os elementos constitutivos da estrutura social, política e econômica e, por conseguinte, não foram realizadas transformações estruturais que permitissem a efetivação do disposto constitucional no que se refere à cidadania e proteção social. No final da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreram ações para a abertura econômica do mercado, flexibilização das legislações sociais e reformas da legislação do trabalho que resultaram em muitas perdas para os trabalhadores.

Dito isso, Netto (2012) vai afirmar que o estágio atual do capitalismo contemporâneo é destrutivo e acabou com as possibilidades civilizatórias, visto que suas propostas, em sua maioria, foram regressivas, aumentando expressivamente as desigualdades sociais, destruindo cada vez mais a natureza, tendo as políticas sociais não como forma de erradicar a pobreza, mas sim agir de forma superficial nos casos mais extremos, além de intensificar a jornada e força de trabalho e trazer a tona novamente o trabalho a domicílio, trabalho forçado e o trabalho escravo, além de andar lado-a-lado com a guerra, indo “[...] na direção de um novo barbarismo. [...]” (NETTO, 2012, p. 216). A burguesia que sempre se afirmou como civilizada, busca lucrar e manter seus privilégios através do capitalismo da forma mais bárbara possível.

E é nesse cenário de reformas neoliberais e capitalismo destrutivo, onde a classe trabalhadora já se encontra fragilizada, que irrompe, em 2016, um golpe político que depõe a então presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff. No ano seguinte tem-se a aprovação da contrarreforma trabalhista no Brasil, tendo seus impactos presentes até os dias atuais.

A aprovação das Leis nº 13.429/2017² e 13.467/2017³, no governo de Michel Temer, trouxeram diversas modificações legislativas, sem nenhuma participação da sociedade civil ou de sindicatos no processo, desconstruindo o sistema de proteção social com o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas. Dentre essas modificações pode-se citar o retrocesso dos direitos trabalhistas, fortalecimento da premissa

² Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

³ Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 03 de janeiro de 1974, n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

ideológica do favor na relação entre empregador e trabalhador, precarização nas relações de trabalho, maior rotatividade, menos vínculos entre patrões e empregados, vínculos mais fragilizados, desmobilização das organizações dos trabalhadores e arrecadação previdenciária.

Ainda como consequência da contrarreforma identifica-se o processo de desindustrialização e desnacionalização, reforçando o caráter dependente do capitalismo no país e retrocedendo ainda mais nosso desenvolvimento. Nesse contexto, Coutinho (2012, p.123), sinaliza que as contrarreformas “[...] têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo ‘selvagem’, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.”.

Outro elemento importante que resulta da contrarreforma trabalhista é a negação do trabalhador de sua condição de explorado, ocorrendo um grande incentivo à “liberdade individual” do mesmo, considerando-o capacitado para negociar, sozinho, temáticas que deveriam ser discutidas através de sindicatos, agora o trabalhador pode negociar individualmente com o seu empregador desde a escolha da sua forma de contratação, sua jornada de trabalho, até a extinção do seu contrato de trabalho (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019). A Lei 13.467/2017 acentuou essa precarização do trabalho ao institucionalizar o teletrabalho, muito aplicado durante a pandemia de COVID-19, onde não se tem praticamente nenhum controle da jornada de trabalho, intensificando a superexploração do trabalhador.

Além disso, a lei permitiu que as empresas possam terceirizar toda e qualquer atividade, situação onde os trabalhadores possuem desvantagens em relação aos que são empregados diretos, maior jornada de trabalho, desigualdade salarial, maiores índices de acidentes e adoecimento devido ao déficit de treinamento e equipamento dos empregados em atividades que, em sua maioria, apresentam maiores riscos, além de ficarem mais vulneráveis ao desemprego. Essa suposta modernização não cumpriu a maioria de suas promessas, trazendo um grande retrocesso, aumentando os desempregos e subempregos, apresentando cada vez mais trabalhos informais e mais pessoas em situação de vulnerabilidade, além dos impactos na política previdenciária.

Ao realizar uma análise da realidade brasileira é possível depreender que a população não teve benefício resultante dessas reformas. Ao contrário, os grandes beneficiários das contrarreformas seguem sendo as classes dominantes que não apresentam nenhum interesse em negociar a estrutura vigente, visto que podem

desfrutar de um “cardápio” de opções de trabalhadores e formas de contratação mais baratas sem nenhuma preocupação de se responsabilizar por seus direitos trabalhistas e proteção social, e estes, estando em condições totalmente vulneráveis não veem outra opção a não ser aceitar as condições deploráveis que lhes são oferecidas (KREIN, 2018). É em cima desse falso discurso modernizador que se estabelece uma relação de trabalho onde a empresa tem total liberdade e zero responsabilidade, enquanto o trabalhador tem cada vez menos direitos, qualidade de vida e garantia de um futuro digno.

Desse modo, entende-se que a contrarreforma busca enfraquecer a organização sindical e descentralizá-la, afunilando seu financiamento, possibilitando que os trabalhadores façam suas negociações de trabalho individualmente e fragmentando a ação coletiva.

Todo esse processo leva à perda do significado do trabalho como uma forma de realização pessoal que dê sentido à vida. Ele se torna apenas um meio para conseguir dinheiro e conseqüentemente a sobrevivência, o que não afeta apenas os adultos, mas também os jovens que se encontram sem esperanças e com um futuro incerto. Em grande medida, a dimensão de uma vida criativa e potente é esvaziada e preenchida pela lógica mercadológica do consumo.

Nesse contexto, cabe considerar a educação como um elemento fundamental para a sociabilidade humana, bem como para a produção de sentido do mundo e das relações. Na busca de realizar a articulação com o objeto deste TCC, cabe refletir de forma mais particular sobre a educação no âmbito do ensino superior. Desse modo, indaga-se sobre como fica a universidade nesse cenário de capitalismo dependente.

2.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Como vimos, o Brasil é um país que teve sua ordem social fundada no trabalho escravo e na dependência em relação aos países de economia central, com uma burguesia antidemocrática que busca apenas garantir seus próprios interesses, levando a uma marginalização ainda maior da classe trabalhadora. Esse contexto é a base fundadora da concepção de uma educação dependente, que visa apenas formar massa de mão de obra e manter o modo de produção vigente.

Importa retomar que o ensino superior, no Brasil, emergiu de uma conglomeração das até então conhecidas escolas superiores, o que Fernandes (1976) vai chamar de “universidade conglomerada”. Esse ensino superior se deu através da reprodução de conhecimentos e valores predominantemente dos países centrais, configurando um ensino precário, elitizado, conservador e que pouco se relacionava com a realidade brasileira. Como se deu no cenário da ditadura militar, o governo buscava ao máximo afastar o pensamento crítico e as universidades se tornaram um ambiente de perseguição e medo, visto que nesse período o governo autoritário via na educação unicamente uma oportunidade de formação de mão-de-obra e um espaço para difundir os ideais conservadores de obediência com base em um ensino rígido, os educadores e estudantes que destoavam e iam contra esse padrão eram perseguidos.

Como resistência a essa lógica mercadológica, ocorreu em meados 1966 um movimento de contestação organizado por professores e estudantes, eclodindo, em diversas manifestações estudantis, juntamente com o movimento operário que buscava a democratização das universidades e o fim da ditadura. É então que uma reforma universitária começa a ser cogitada. Conseqüentemente o processo chamado de “reforma universitária consentida”, selado pela Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, é efetuado pela burguesia, que levou em consideração, majoritariamente, seus próprios ideais, modernizando, se é que se pode chamar assim, de forma conservadora a educação superior. Estava contida na proposta a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, a qual não foi aprovada, e bolsas em instituições privadas, além de buscar integrar as universidades a empresas privadas, exaltando e incentivando a privatização.

Apesar de apresentar algumas mudanças importantes, como a ampliação do acesso à educação e a sua modernização, a reforma universitária consentida em nada mudou o caráter dependente da educação superior, posto que seus ideais são conservadores e inerentes à ditadura militar. É nítido que uma reforma liderada pela burguesia iria manter o modo de produção vigente e a estrutura do capital intocáveis. Suas críticas, como afirma Fernandes (1989), foram direcionadas apenas aos militantes, sejam professores ou estudantes, a ampliação das vagas serviu apenas para silenciar as revoltas e, obviamente, aumentar a massa trabalhadora, visto que a burguesia vê a educação como uma mera mercadoria e não como um instrumento que, se bem utilizado, pode resultar em importantes transformações.

Outro fator importante é o fato de que mesmo com a ampliação de vagas no ensino superior, as classes subalternas continuam sendo marginalizadas na participação na educação, assim como em outros setores da sociedade. De nada adianta a universidade ser gratuita sendo que só ingressa, em sua maioria, os segmentos da classe média e alta. Mesmo com a implementação de cotas para a inserção maior de estudantes pretos e indígenas, a educação superior não deixa de ser um ambiente elitizado, visto que não se garante a permanência e sensação de pertencimento à esses estudantes, a universidade ao invés de absorver os saberes, histórias e vivências dos alunos, tenta enquadrá-los em um padrão, com um ensino trivial que ignora todas as suas singularidades.

Apesar de reconhecer os avanços galgados nas gestões dos Governos PT, há de se reconhecer as ações que contribuíram para aprofundar a privatização da universidade pública e consolidaram o mercado privado da educação superior em nosso país. A criação do Anteprojeto de Lei da Educação Superior no governo Lula trouxe uma reformulação da educação superior juntamente com outras medidas como o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) que amplia a isenção fiscal para instituições privadas de ensino superior e o Decreto 5.205/04 que viabiliza a utilização de recursos privados para financiar atividades das universidades federais. Essas medidas não buscaram superar o caráter dependente do ensino superior e sim aprofundá-lo, trazendo a flexibilização, a privatização interna e a competitividade como qualidades fundamentais da universidade brasileira. Esse anteprojeto reforça a lógica de uma educação elitista e alienadora, fragmentando e acelerando a formação profissional. A ampliação de cursos privados, aprofunda a privatização do ensino superior, precariza as condições de trabalho no serviço público e abre a educação para o capital estrangeiro.

Para superar o caráter dependente da educação superior no Brasil, Leher (2017) vai afirmar, de acordo com as contribuições de Darcy Ribeiro, a importância da universidade se encontrar no centro da cidade, compondo parte da vida e do cotidiano da população e não como algo longínquo onde poucos podem acessar. Nessa lógica, os estudantes não devem ter um papel passivo de apenas assistir às aulas, devem ser sujeitos ativos e partícipes, alicerçados em uma perspectiva crítica. A universidade tem que ser uma instituição política, produzindo conhecimento crítico e não corroborando com a conformação e alienação.

Dito isso, é importante também uma aproximação maior com a reflexão sobre a realidade brasileira. É preciso compreender sua própria história para criar laços e forças para lutar, não absorvendo apenas conhecimentos eurocentristas que nada dizem sobre a nossa conjuntura. Sobre a importância de conhecer sua própria história Smith (2018, p. 168) vai afirmar que:

(...) as histórias são um meio para perpetuar as crenças e os valores de uma cultura, na esperança de que as novas gerações cuidem delas e as transmitam. A história e seu contador, servem ambos para conectar o passado com o futuro, uma geração com a outra, a terra com o povo e o povo com a história. Como um instrumento de pesquisa, Russell Bishop sugere que contar histórias é uma forma útil e culturalmente apropriada de representar a “diversidade da verdade” (...).

Na contramão dessa compreensão, o governo Bolsonaro (2018 a 2022) atuou em todo período da sua gestão de maneira contundente no sentido de realizar uma ofensiva ideológica contra as universidades federais através da “guerra cultural”, como chama Leher (2021). Há de forma constante e diversificada um ataque à ciência e um incentivo ao negacionismo antidemocrático, idealizando uma universidade dependente e passiva à autocracia burguesa.

As medidas tomadas no governo Bolsonaro buscaram difundir o empreendedorismo no ensino superior, formando estudantes para se tornarem massa edificante de uma força de trabalho desregulamentada e sem direitos, além do alargamento dos cortes de gastos, visto que uma certificação em larga escala, somada da redução dos currículos e o estímulo ao ensino à distância mediado pela tecnologia, gera menos custo.

Nesse governo é criado o programa Future-se, elaborado sem nenhum estudo/diagnóstico da situação das universidades, com o pretexto de trazer maior autonomia financeira para as mesmas, fomentando o empreendedorismo como principal estratégia para manutenção e ampliação orçamentária. Outra mudança proposta para a educação foi o Novo Ensino Médio, que sugeriu a retirada das disciplinas de artes, filosofia e sociologia do currículo escolar, novamente buscando reduzir o pensamento crítico da formação.

De acordo com Farage (2021), a intensificação da privatização, desestruturação, perda de autonomia e o aumento sucessivo de cortes orçamentários na educação superior vêm com um intuito alienante de impedir as

frações da classe trabalhadora mais empobrecidas de participar da vida social e política, naturalizando o mercado de trabalho precarizado, o desemprego, o subemprego e o trabalho informal. O trabalho, que não pode ser eliminado, torna-se um “privilégio”, mesmo em suas condições mais precárias, que nem todos conseguem alcançar, gerando uma forma de apatia, de conformismo, onde muitos não veem sentido em se inserir na educação superior. Esse conformismo está presente também dentre os estudantes do ensino superior, que já iniciam o curso com poucas esperanças de encontrar um trabalho apropriado, com carga horária e salário justos.

Como consequências imediatas no ensino superior público, durante o governo de Jair Bolsonaro, Farage (2021, p. 54) vai citar:

i) a fragilização do tripé ensino-pesquisa-extensão conquistado no artigo 207 da CF/88; ii) a intensificação do trabalho docente; iii) a precarização das condições de trabalho; iv) a desestruturação da carreira docente; v) a competição entre os docentes; vi) a seletividade dos programas de pós-graduação, com a política constante de redução de recursos e das bolsas de estudo; e vii) o adoecimento docente.

Outra proposta de mudança nesse governo foi a reforma administrativa, através da PEC nº 32/2020, atacando diretamente direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Dito isso, fica claro que tal contrarreforma traz diversos prejuízos à sociedade. De acordo com Farage (2021, p.60) pode-se citar que essa reforma:

i) equipara a lógica de gerenciamento do setor público ao setor privado, sem manter direitos previstos na CLT e retirando direitos do funcionalismo; ii) será regulamentada por lei complementar em vários dos pontos anunciados na PEC nº 32/2020, o que sinaliza um perigo, pois pode aprofundar a retirada de direitos, inclusive para os atuais servidores públicos, uma vez que a tramitação de lei complementar é muito mais simplificada e aligeirada no Congresso Nacional; iii) afeta a estabilidade do conjunto dos servidores públicos das três esferas, com exceção dos “cargos típicos de Estado”; iv) retira direitos conquistados como: licença-prêmio, anuênios e outros; v) possibilita a contratação de militares da ativa para funções públicas na saúde e no magistério; vi) impõe um caráter autoritário, prevendo poderes ao presidente da República, por meio de decreto, de alterações estruturais nos serviços públicos.

Pode-se observar que as contrarreformas que precarizam o ensino superior e os direitos sociais de maneira geral vêm ocorrendo durante todos esses anos de forma gradativa, se aproveitando de determinados contextos para instaurar e mascarar seus verdadeiros objetivos. Essa estratégia é efetiva, pois não gera uma

grande mudança repentina que cause estranhamento na população, incidindo na capacidade de leitura e deciframento da realidade social e dificultando a organização da resistência frente a todos os retrocessos e ataques sofridos.

Importa reafirmar que a legislação brasileira reconhece a educação como um direito fundamental e um instrumento essencial para a emancipação social, pois suscita a criação de sujeitos conscientes e cidadãos ativos. No entanto, esse conceito de educação existe apenas no papel, pois na realidade a educação tem estado a serviço dos interesses do mercado em detrimento das necessidades da classe trabalhadora. Como cita Alves (2002), os processos de seleção para o ensino superior ocorrem de forma elitizada, privilegiando os que vêm de escolas e cursos particulares, enquanto muitos outros se veem na obrigação de optar pelo trabalho em detrimento do estudo.

Desse modo, mesmo quando existe a possibilidade de inserção na universidade, esta não é suficiente, pois é preciso ter estabilidade considerando os inúmeros gastos com materiais, alimentação, transporte e moradia. Além da inclusão é necessário a criação de políticas assistenciais para garantir a permanência e a educação de qualidade desses estudantes de classes mais pauperizadas.

Nesse contexto, importa considerar a vivência da pandemia da COVID-19 que teve início em março de 2020 e a incidência na ordem global com inúmeros desdobramentos nas esferas econômicas, políticas e sociais. A apreensão da pandemia a partir da perspectiva de totalidade constitui-se como chave explicativa para compreendermos os seus efeitos mais imediatos e aparentes conectados com as particularidades do capitalismo neste país enquanto fatores potencializadores dos agravos vivenciados. Considerando o recorte definido para esse estudo, cabe ainda refletir sobre a incidência da pandemia na assistência estudantil, visto as demandas emergentes que surgiram nesse contexto.

Diante disso, torna-se fundamental compreender a trajetória da assistência estudantil no Brasil, buscando identificar os movimentos e tendências políticas que fazem parte da sua história. Parte-se do pressuposto que os elementos constitutivos da formação sócio-histórica do país possuem influência direta nas demandas e capacidade de formulação de respostas pelo Estado.

3 A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E AS RESPOSTAS OFERTADAS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A falta de investimento do Estado no ensino básico público, assim como a necessidade de trabalhar para garantir a subsistência, são fatores que obstaculizam a inserção da classe mais pauperizada nas Instituições de Ensino Superior.

Com a efetivação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), a ampliação nas formas de ingresso pelos vestibulares, aderindo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as cotas étnico-raciais, foram abertas as portas das universidades para estudantes das classes mais pauperizadas. Essas medidas surgem e se intensificam em um contexto de expansão do ensino superior, durante o governo Lula (2003-2010), o qual não rompeu totalmente com a concepção de educação trazida pelo governo anterior de FHC, mantendo algumas medidas privatizantes e processos de reformas, com intuito de agradar tanto a massa popular, quanto a burguesia. É preciso compreender que apenas a inserção não é o suficiente, é necessário uma política de assistência estudantil que possa garantir a permanência, acolhimento e educação de qualidade aos estudantes.

Considerando o papel relevante desempenhado pela assistência estudantil durante a pandemia, faz-se necessário contextualizar a assistência estudantil no Brasil, a fim de compreender seus objetivos e ações antes e durante a pandemia do coronavírus, o que será realizado nos itens a seguir.

3.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: A BUSCA DA TRILHA HISTÓRICA

Em 1928, de acordo com Imperatori (2017), a primeira ação de assistência estudantil brasileira é originada, chamada de Casa do Estudante Brasileiro e localizada em Paris. Ela servia como auxílio aos estudantes brasileiros filhos da elite que estudavam na cidade. Já em 1930 foi criado no Rio de Janeiro a Casa do Estudante do Brasil, uma grande casa com um restaurante popular frequentada por estudantes (MOCELIN, 2019).

No contexto do crescimento da industrialização e da urbanização, na década de 1930, se institui a primeira ação de assistência estudantil regulamentada pelo Estado: a Lei Orgânica do Ensino Superior, no governo de Getúlio Vargas. A legislação previa medidas como bolsas de estudos para estudantes mais empobrecidos. Como afirma Mocelin (2019), tal lei foi incorporada alguns anos depois na Constituição da República de 1934, assegurando a assistência aos estudantes, desde material escolar até assistência médica.

A assistência estudantil também esteve presente nas constituições seguintes, no art. 172 da Constituição de 1946 que afirma: "Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar." (BRASIL, 1946). O mesmo se mantém no art. 169 da Constituição de 1967.

Entre 1950 e 1970 ocorreu uma expansão das universidades federais em todo país, mas foi na década de 1970 que ocorreu uma explosão do ensino superior, dentro de um contexto de ditadura militar onde a urbanização e a demanda por mais mão-de-obra qualificada fizeram aumentar exorbitantemente o número de matrículas nas universidades. Conforme Vasconcelos (2010), com a expansão dessas vagas as classes mais baixas começaram a ter mais acesso ao ensino superior, conseqüentemente a falta de planejamento por parte do governo fez com que a qualidade do ensino decaísse, gerando muitas demandas e lutas estudantis para garantir a manutenção das necessidades básicas dos estudantes que necessitavam de tais recursos. Vale destacar que foram as lutas estudantis as responsáveis pelo desenvolvimento da maioria das ações de assistência estudantil na história. Dito isso na década de 1970 é criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que, vinculado ao Ministério da Educação, instaurou programas de assistência estudantil, segundo Imperatori (2017, p. 287):

(...) como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. Destaca-se que tais ações estiveram respaldadas na LDB de 1971, segundo a qual cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente serviços de assistência educacional.

A “Bolsa Trabalho” citada anteriormente é um exemplo perfeito de uma assistência estudantil sendo tratada erroneamente, não como um direito social do estudante, mas sim de uma forma assistencialista e tutelar, como se o Estado estivesse fazendo um favor e o beneficiado por tal devesse oferecer algo em troca, nesse caso sua mão-de-obra. Além disso, havia o reforço do interesse do Estado em um ensino unicamente formador para o mercado de trabalho.

No fim dos anos 1980, como informa Imperatori (2017), ocorreu a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), concomitantemente à um crescimento das universidades brasileiras que ainda sofriam com as consequências da ditadura militar. Nesse cenário, a assistência estudantil se tornou cada vez mais escassa e clientelista, utilizando de forma inadequada os recursos públicos, fazendo com que a expansão que ocorria no ensino superior fosse freada.

No enfrentamento ao sistema opressor da ditadura surgem diversos movimentos sociais, frentes políticas que traziam discussões sobre a educação e reivindicações pelo fim do regime militar, convergindo em 1987 na constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), ambos:

(...) defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda. (Vasconcelos, 2010, p. 604).

Em 1988, perante grande pressão populacional, é promulgada a Constituição Federal de 1988 que trouxe consigo a consolidação de diversos direitos sociais e políticos, trazendo uma nova concepção tanto da assistência estudantil, quanto da

educação, em relação à educação dispôs os seguintes artigos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País

A Constituição de 1988, vigente até hoje, traz a educação caracterizada como um direito social, mas observa-se que ela coloca como dever do Estado majoritariamente a educação básica obrigatória e gratuita, assim como o atendimento aos estudantes durante o processo da sua formação escolar, através da oferta de materiais, alimentação, transporte e assistência à saúde. O ensino superior é secundarizado, não se tratando de um dever do Estado e nem um direito de todos os cidadãos, mantendo seu caráter elitizado, que somado as contrarreformas na educação, citadas no segundo capítulo, incita um processo de privatização e mercantilização do ensino superior.

Como analisado, mesmo após os grandes avanços resultantes da Constituição Federal de 1988, ainda se manteve a necessidade da institucionalização da política de assistência estudantil, ainda mais no contexto da década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso. A política implementada nesse período encontrava-se alinhada com as diretrizes neoliberais e

foi uma das principais responsáveis pela defasagem e sucateamento do ensino superior público, desde a falta de verbas até a falta de recursos humanos resultando na emigração de professores para instituições privadas (VASCONCELOS, 2010).

É nesse contexto que foi aprovada a Lei n. 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, mesmo significando um avanço no campo da educação e trazendo amparo para a assistência estudantil, não conseguiu romper com a lógica privatista. Desse modo, não foi possível garantir a institucionalização da assistência estudantil no ensino superior. No que tange o ensino superior se tem unicamente o Art. 45. que afirma que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.” (BRASIL, 1996).

No mesmo ano estava em curso uma reforma universitária pautada em determinações do Banco Mundial, buscando, como afirma Vasconcelos (2010), a consolidação do neoliberalismo na educação, fundamentado nos interesses de agentes financeiros internacionais que tem como principal interesse seu próprio crescimento econômico. A reforma universitária reforça a visão do ensino superior público não como emancipatório, mas sim como um obstáculo, pautado na falsa percepção de que os gastos com políticas de educação são desnecessários e exacerbados e de que o ensino deve ser voltado unicamente para a profissionalização e inserção no mercado de trabalho. O ensino não pode, para o bem do capital, tornar o estudante consciente e crítico. O mercado de trabalho demanda e explora todo o potencial e inteligência estudantil, através do aproveitamento de seus trabalhos, pesquisas e mão-de-obra, desvelando uma contradição.

Em meio a esse contexto e com intuito de concretizar a assistência estudantil como dever do Estado, o Fonaprace realizou entre 1996 e 1997 a primeira pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES, visto que havia uma escassez de dados sobre a realidade estudantil. A leitura da realidade discente é de extrema importância para a criação de recursos que realmente atendam as necessidades da população, podendo fazer um melhor uso e planejamento do orçamento governamental (MOCELIN, 2019). Ao invés dos indivíduos terem que adequar suas necessidades com base nos recursos disponibilizados pelo Estado, este baseia os recursos nas necessidades daqueles que demandam sua intervenção.

Após os resultados da pesquisa, o Fonaprace, em 1999, elaborou o Plano Nacional de Assistência Estudantil e solicitou que este fosse anexado ao Plano Nacional de Educação. A inserção ocorreu em 2001, mas de forma controversa. Dentre as metas em relação ao financiamento e gestão da educação superior, destaca-se a 34 que indica “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.” (BRASIL, 2001, p.37).

O plano traz um forte caráter meritocrático, descaracterizando a assistência estudantil como um direito dos estudantes, tornando-a um favor para aqueles que merecem. Além de reforçar a falta de consciência da realidade social, pois como um estudante pobre, que já entra na universidade em desvantagem aos demais, muitas vezes excluído do acesso a diversos direitos, fragilizado socioeconomicamente, sem acesso aos materiais necessários, possivelmente tendo que manter um emprego paralelamente aos estudos, vai garantir um bom desempenho acadêmico? A assistência estudantil deve possibilitar os recursos e criar condições para que o estudante consiga superar esses obstáculos, melhorando sua qualidade de vida e aí sim garantindo sua permanência, assim como um bom desempenho acadêmico, e não o contrário.

Nos anos de 2003 e 2004, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi realizada uma segunda pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras o que, conforme Mocelin (2019), subsidiou o II Plano Nacional de Assistência Estudantil que foi lançado pela Andifes em 2007. No mesmo ano foi promulgado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mediante muita luta do movimento estudantil e organização de discentes e docentes. Contudo, o mesmo só foi regulamentado em 2010 através do Decreto n. 7.234.

A criação do PNAES representou um marco histórico de grande importância para a assistência estudantil, trazendo uma referência comum para todas as IFES brasileiras ao definir e trazer um objetivo para a assistência estudantil. A sua aprovação foi possível, principalmente, por conta do período de grande expansão no ensino superior público que passamos no Brasil nos anos 2000, com a efetivação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) em 2007, a ampliação nas formas de ingresso pelos vestibulares, aderindo o Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM) e as cotas étnico-raciais. Essa corrida desenfreada para a expansão foi importante para a inclusão da classe mais pauperizada no ensino superior, mas também gerou problemas. Como afirmam Santos e Marafon (2016), os recursos orçamentários não cresceram proporcionalmente ao ingresso de estudantes, dessa forma, as ações assistenciais ofertadas não têm dado conta de garantir a permanência e ensino de qualidade para todos.

O PNAES tem como objetivo viabilizar condições de permanência e igualdade de oportunidades, assim como a melhoria do desempenho acadêmico aos estudantes matriculados na educação superior pública federal, minimizando, dessa forma, a evasão do ensino superior e garantindo um padrão amplo de proteção social. O programa tem como objetivos, previstos no Art. 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, p.1).

As ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas, de acordo com o Art. 3º:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010, p.1).

Com relação ao público alvo das ações de assistência estudantil o Art. 5º afirma que:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010, p.1).

É importante ressaltar que o PNAES define as ações que devem ser cumpridas, mas não o modo de fazê-las, dando liberdade para as IFES implementarem diferentes projetos e também instituírem outros critérios de elegibilidade. Essa liberdade é conveniente quando utilizada de forma a construir

uma assistência estudantil mais adequada às especificidades da instituição, através do diálogo e compreensão da realidade dos estudantes. Porém ela também possibilita que as instituições utilizem a verba repassada de forma focalizada, individualista, clientelista e superficial, ao criar diversos critérios de seleção baseados em aspectos meritocráticos e na capacidade individual do discente, de forma a dificultar o acesso dos estudantes ao benefício e filtrar a grande demanda, o que é provocado pela escassez de recursos. Até o critério de renda proposto pelo próprio PNAES apresenta suas problemáticas, demonstrando a desqualificação da assistência estudantil como direito, não se tratando de uma política universal e sim algo restritivo. Importa reforçar que não é unicamente a situação econômica que gera vulnerabilidade e evasão dos estudantes, existem diversos outros fatores como a questão racial, deficiência, contexto de origem e qualidade da educação básica.

Em relação às ações de assistência estudantil executadas pelas IFES com maior autonomia, também pode-se destacar algumas contradições, como o fato de associar auxílio financeiro e educação, reforçando a concepção equivocada de educação como mercadoria. Desse modo “[...] além de fomentar um processo de bolsificação da assistência estudantil, o Estado desresponsabiliza-se pelos serviços de caráter contínuo e permanente.” (MOCELIN, 2019, p. 253). Um exemplo disso é que muitas IFES ao invés de ofertar moradia estudantil, concedem uma “bolsa moradia” que auxilia no pagamento dos gastos que o estudante teria com a moradia, ou então ao invés de disponibilizar um restaurante universitário fornece um valor para utilização em lanchonetes e restaurantes (IMPERATORI, 2017). Em ambos os casos além do auxílio muitas vezes ser insuficiente para pagar o valor total da despesa, também fomenta o mercado capitalista em detrimento da responsabilização do Estado na garantia do direito.

Um lado positivo das ações de assistência estudantil fundamentadas no PNAES é a possibilidade de o estudante acumular os programas e benefícios, podendo participar de mais de um simultaneamente. Porém, devido a grande demanda e baixo orçamento ofertado essa possibilidade se torna adversa, visto que através do critério de elegibilidade econômica, apenas os estudantes mais pobres dentre os mais pobres conseguem acessar os programas, o que deixa muitos dos que necessitam do auxílio para sua permanência no ensino superior de fora e, conseqüentemente, vulnerabilizados.

Ademais, a acumulação de benefícios não age de forma resolutiva, uma vez

que a assistência frequentemente atua de modo superficial, atendendo unicamente as necessidades imediatas dos estudantes, sem buscar uma contextualização para aquele problema, sem dialogar e conhecer a realidade em que estão envolvidos. Um exemplo disso é o caráter individual presente na maioria dos programas de assistência estudantil, que visa atender unicamente o estudante, sendo que a vulnerabilidade deste envolve muitos outros fatores além de si mesmo, como a sua família.

Entretanto, apesar de tantos limites, torna-se compreensível a dificuldade e até a impossibilidade de uma política tão recente, sucateada e com orçamento insuficiente como a assistência estudantil conseguir abarcar todas as problemáticas que envolvem a evasão do ensino superior. Destarte se vê a importância de esta articular-se com as outras políticas de proteção social, criando ações conjuntas, se complementando, dado que para que se tenha uma qualidade de vida plena é requerido diversos tipos de proteção social, que visam reduzir as vulnerabilidades e garantir a preservação da vida. Como afirma Mocelin (2019, p. 255):

(...) como política de assistência, a assistência estudantil faz parte de um esforço intersetorial para minimizar as desigualdades sociais decorrentes do capitalismo, além de fortalecer os processos de ingresso e permanência das camadas subalternas da nossa sociedade nas universidades. Tomar a assistência estudantil ancorada à assistência social, e com isso entendê-la como seguridade social ampliada e intersetorial é assumi-la como direito dos/as estudantes e como dever do Estado, requerendo a luta pelo seu caráter universal.

Muitos são os desafios postos na trilha da assistência estudantil em nosso país. O rompimento com a tendência histórica da focalização e manutenção do caráter elitista pode ser considerada com uma das maiores, visto a necessidade de serem realizadas profundas transformações na estrutura sócio-política brasileira. Nesse contexto, a qualificação das ações que buscam ampliar o acesso, garantir a permanência e efetivar a educação de qualidade são emergentes, principalmente, quando considerado o perfil dos(as) estudantes que têm acessado o ensino superior e não tem conseguido permanecer. O próximo item pretende apresentar um pouco de quem são esses(as) estudantes

3.1.1 Perfil dos(as) estudantes do ensino superior no Brasil

Como visto anteriormente, as dificuldades para permanência dos estudantes no ensino superior se dá por diferentes motivos, mas, o principal deles tem sido o fator econômico. Há inúmeros discentes que mantêm um trabalho para garantir as condições básicas de vida enquanto estuda, o que traz complicações pela sobrecarga física e mental dificultando, conforme Imperatori (2017), a integração social do estudante à universidade e o seu desempenho acadêmico. Outros fatores como a raça, sexo, idade e deficiências também implicam nas desigualdades de acesso aos recursos econômicos, sociais e culturais que afetam diretamente à acessibilidade e permanência ao ensino superior. A população preta, indígena, pobre e deficiente é a mais afetada e prejudicada nesse contexto, tendo que lutar não somente para permanecer na universidade, mas também para garantir seu pertencimento na sociedade.

Nesse sentido a assistência estudantil se mostra essencial para a democratização da educação, tendo como objetivo trazer políticas efetivas e recursos necessários para garantir a permanência acadêmica de qualidade, e também ser conscientizadora incentivando que os estudantes compreendam seu papel como cidadão e seu protagonismo político, participando não somente das aulas, mas ocupando a universidade em todos os seus espaços, sendo resistência.

Para o desenvolvimento de uma assistência estudantil efetiva é necessário, principalmente, conhecer como as expressões da questão social afetam a população beneficiária. Dito isso, a seguir será realizada uma análise de alguns fatores considerados importantes no mapeamento socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES, tendo como referência a pesquisa de 2018 publicada pela Andifes.

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES de 2018, feita pela Andifes, quanto ao perfil dos estudantes dos Institutos Federais de Ensino Superior do Brasil, são em sua maioria do sexo feminino 54,6%, visto que os estudantes do sexo masculino têm tendência a entrar precocemente no mercado de trabalho, fator esse, como já vimos, conflitante com a permanência estudantil.

A faixa etária fica em cerca de 23/24 anos, ou seja, majoritariamente jovens.

Estudantes com mais de 30 anos são apenas 14,8%, provando que a idade também é um fator que afeta tanto a inserção quanto a permanência dos estudantes no ensino superior. Vale destacar as dificuldades dos estudantes mais velhos, principalmente quando considerado o preconceito, a falta de acolhimento por parte de professores e dos próprios colegas, as dificuldades em lidar com as novas tecnologias informacionais e a necessidade de conciliar o cuidado de filhos ou familiares com o trabalho e o estudo.

Em relação ao perfil de cor/raça observa-se que sofreu uma mudança significativa nos últimos anos. Em decorrência da criação de políticas de ação afirmativa no período de expansão do ensino superior, houve um aumento expressivo dos estudantes que se declaram pretos e pardos. Em 2018 no Brasil os graduandos autodeclarados brancos representavam 43,3%, a população parda representava 39,2%, a população preta representava 12% e a população indígena representava 0,9%. Porém, ao realizar um recorte somente da região sul esses números mudam drasticamente, os graduandos brancos são 74%, os pardos são 15%, os pretos são 6,1% e os indígenas 0,4%.

Com relação à renda média nominal familiar per capita dos (as) discentes, dividindo a renda mensal bruta do grupo familiar pelo número de membros da família, mesmo cálculo realizado nos critérios de elegibilidade dos programas de assistência estudantil, tem como média do valor dentre os discentes R\$1.328,08. Valor esse menor que o critério de elegibilidade disposto pelo PNAES (um salário mínimo e meio), provando como na teoria a maioria dos estudantes deveria ser atendido pela assistência estudantil. Mas, na realidade brasileira, é um pequeno número destes, os mais pobres, que conseguem ter acesso à mesma. A existência de estudantes mais empobrecidos, não muda o fato de os demais estudantes também necessitarem de assistência.

No ano de 2018, 29,9% dos discentes eram trabalhadores, destes 50,1% eram do sexo masculino e pretos e pardos. 50,4%, sua maioria está na faixa de 25 anos ou mais. Dos discentes trabalhadores 34% se afirma afetado pela carga excessiva de trabalho, interferindo na sua vida acadêmica. Já com relação ao ensino médio, 64,7% dos graduandos advém de escolas públicas. Os dados que apontam o perfil dos estudantes trabalhadores representam um fator importante para a permanência estudantil. Estudantes que trabalham, como visto na própria pesquisa, passam por dificuldades em conciliar o trabalho e os estudos, causando muitas

vezes um mau desempenho acadêmico e até a evasão. Já com relação aos estudantes advindos de escolas públicas, esse também foi um número que cresceu com a criação das políticas de ação afirmativa, as cotas abriram espaço para a entrada desses estudantes na universidade, mas não garantem a sua permanência na mesma.

Fica nítido o caráter contraditório da política de assistência estudantil, sendo frequentemente compreendida como um investimento voltado para a formação de mão-de-obra qualificada, em detrimento de uma educação verdadeiramente emancipatória que incentiva o pensamento crítico. Simultaneamente a isso, a assistência estudantil é adjetivada como um direito, no entanto um direito do qual poucos conseguem acessar.

Esse caráter contraditório afeta diretamente os assistentes sociais que atuam na criação e manutenção de ações de assistência estudantil, assim como, por conta do baixo orçamento governamental ofertado para as IFES. A indisponibilidade orçamentária acaba obrigando os profissionais a participar efetivamente do processo de seleção dos estudantes beneficiados, processo o qual muitas vezes vai contra o próprio projeto ético-político do Serviço Social. Importa lembrar que o assistente social também faz parte da classe trabalhadora e precisa seguir ordens, assim como lidar com a falta de recursos, ambiente de trabalho precário, sobrecarga horária, baixo salário e complicações com sua saúde física e mental.

É preciso lutar por uma assistência estudantil que, efetivamente, se constitua como um direito social de caráter universal, que ofereça recursos para garantir a alimentação, moradia, saúde, lazer, materiais didáticos e cultura aos estudantes. Além de compreender que a inserção, a permanência e o desempenho acadêmico não dependem unicamente da capacidade do estudante, existem diversos fatores que incidem no percurso educativo. Tendo em vista as consequências graves da pandemia da COVID-19 que assolou o mundo em 2019 e as transformações que a Universidade foi obrigada a realizar, o próximo item pretende apresentar uma breve contextualização sobre o período da Pandemia e os impactos causados na educação superior

3.2 NAVEGANDO A TEMPESTADE DA PANDEMIA

É dentro do contexto de aprofundamento da crise do capitalismo, neoliberalismo, negacionismo, crescimento da desigualdade social, precarização do serviço público, retração da intervenção estatal, flexibilização do trabalho, desemprego, restrição no financiamento de políticas sociais e destruição de direitos sociais que a COVID-19 encontra no Brasil o lar perfeito para se propagar. Como afirma Lara (2022), antes mesmo da pandemia de COVID-19⁴, muitas vidas já estavam adoecidas como resultado das diversas violações de direitos e condições dignas de sobrevivência. Esse quadro resultou nas inúmeras negligências e incapacidades governamentais de enfrentamento de tamanha crise de saúde pública, sendo que a América Latina se enquadra entre as regiões mais afetadas pelo vírus.

A ampliação de mercados, desencadeada pelas políticas neoliberais, resultou na consolidação da globalização e, portanto, na ampliação da mobilidade geográfica. Esse é um fator que foi crucial para a intensificação da disseminação do Coronavírus, visto que proporciona uma mobilidade maior de pessoas, criando um grande fluxo principalmente nos aeroportos. O primeiro caso de contaminação com o vírus foi na China em dezembro de 2019 e mesmo com algumas medidas de contenção já sendo tomadas, em 26 de fevereiro de 2020 se teve o primeiro caso confirmado no Brasil, se tratando de um vírus altamente transmissível em um país, com muitos problemas estruturais e com uma formação social segregacionista, onde muitos não possuem acesso à água potável, saneamento e higiene básicos, a contaminação foi avassaladora (LARA, 2022). Em 3 de março de 2020, 6 dias após o primeiro caso no Brasil, já se tinham 500 casos de suspeita de contaminação pelo Coronavírus no país. (ALMEIDA et al. 2020).

As expressões da questão social existentes no Brasil, resultantes da formação sócio-histórica, se apresentam ainda mais agudizadas no contexto da epidemia do Coronavírus, que não pôde ser controlada e rapidamente se tornou uma pandemia. De acordo com Bello, Godoi e Ribas (2022), esse cenário trouxe implicações tanto na economia quanto na maior ineficiência do Estado no controle das desigualdades sociais. Nos primeiros 12 meses da pandemia o preço dos alimentos aumentou em 15%, enquanto o salário mínimo era de R\$ 1.100. No

⁴ Doença respiratória aguda infecciosa, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, sendo considerada potencialmente grave e altamente transmissível.

primeiro trimestre de 2020 28,6 milhões de pessoas buscavam emprego, mas possuíam dificuldade de se inserir no mercado de trabalho (IBGE, 2020). Em janeiro de 2021, 27 milhões de pessoas no país viviam com menos de R\$246,00 por mês (FGV-social). De acordo com Souza (2020), o alargamento do desemprego e a diminuição da arrecadação impactaram negativamente na economia, no mercado de trabalho e na proteção social. A crise sanitária provocada pela COVID-19 deixou ainda mais discrepante as desigualdades do país, provando que os recursos dispostos pelo governo para a população são insuficientes. Faltaram empregos, saneamento básico, moradia, insumos básicos na saúde (como oxigênio, por exemplo) e até leitos em hospitais.

As medidas de contenção e prevenção da COVID-19 orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foram desde recomendações de isolamento social, que, como informa Bello, Godoi e Ribas (2022), culminou no fechamento de fronteiras aéreas, marítimas e terrestres, assim como o aumento com os cuidados de higiene e o cancelamento de aulas e de processos produtivos.

Ademais, para superar essa crise sanitária e a expansão do Coronavírus no Brasil foi necessário mais do que apenas medidas de prevenção orientadas pela OMS, observando-se a importância de que os países, estados e municípios elaborassem previamente um planejamento de riscos e recuperação de desastres para eventos inesperados. Ou seja, um plano de contingência, que prepara, orienta e organiza medidas que serão capazes de diminuir o impacto da situação, protegendo a coletividade (Jesus, Krüger e Negri, 2020).

Ainda como forma de contenção da crise, são necessárias, de acordo com Lara (2022), políticas de saúde, vigilância sanitária e habitação, além de políticas de seguridade social, que garantam empregos, saúde e assistência social, pontos estes que nunca foram prioridade para o governo⁵. Outra medida a ser tomada para evitar a pobreza absoluta são políticas de repasse financeiro, como a concessão do auxílio emergencial no governo Bolsonaro Outro fator importante para a superação da crise sanitária é a conscientização da população, sobre a importância de seguir, quando

⁵ Importa considerar a medida tomada pelo Governo Bolsonaro de criação do auxílio emergencial em 2020 que realizava o repasse de cinco parcelas no valor de R\$600,00 e quatro parcelas de R\$300,00 (disponível em: <https://economia.uol.com.br/>). Em 2021 houveram quatro parcelas com um valor que variava de acordo com a composição familiar, podendo variar de R\$375,00, R\$250,00 e R\$150,00 (disponível em: <https://www.caixa.gov.br>).

possível, as medidas de prevenção e sobre o reconhecimento da gravidade da situação.

Essas medidas foram recomendadas de modo geral para todos os países, mas cabe problematizar como um país como o Brasil conseguiria seguir as medidas de prevenção sem nunca sequer ter tido condições para garantir, minimamente, os direitos básicos a sua população. As desigualdades sociais se tornaram ainda mais agudas, pois enquanto alguns passam por esse momento em suas casas, com acesso a meios digitais de comunicação, com higiene e água potável, outros não puderam parar de trabalhar, tendo que se locomover de transporte público, muitas vezes lotado, sem um ambiente adequado para viver, morando em pequenos espaços com muitas pessoas, o que é ainda mais agravante se não há acesso a saneamento básico.

O trabalho informal, que não garante direitos em um momento como esse e o teletrabalho que foi muito incentivado, ignorando os que não possuem condições materiais para atividades de forma digital, aumentaram o desemprego, deixando muitos sem proteção alguma e sem renda para suprir suas necessidades básicas. De acordo com dados da ConVid Pesquisa de Comportamentos, elaborada pela Fundação Oswaldo Cruz e realizada entre 24 de março e 24 de abril de 2020, 55,1% dos participantes informam terem tido diminuição na sua renda referente ao período anterior à pandemia, 7% afirmam terem ficado totalmente sem rendimentos e 50,6% dos participantes que se enquadram como trabalhadores informais afirmam terem perdido seu emprego durante a pandemia.

Nos hospitais observou-se, como afirma Souza (2022), a falta de insumos como medicamentos e equipamentos, também a insuficiência de equipes multiprofissionais, devido ao afastamento de profissionais pela contaminação do Coronavírus e a falta de recursos para realizar novas contratações. Todos esses fatores resultam em um número cada vez maior de contaminações e óbitos pelo vírus. No primeiro dia de maio de 2020 tinha-se 91.299 contaminações confirmadas, 30 dias depois esse número subiu para 514.200 contaminações por COVID-19 e em julho esse número chegou a 2,5 milhões e 90 mil óbitos⁶.

Infelizmente, para corroborar com o cenário terrível causado pela pandemia, a condução política do governo Bolsonaro foi pautada pelo negacionismo,

⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-passa-de-90-mil-mortes-e-2-5-milhoes-de-casos-de-covid-19/>

reacionarismo e a anticiência. O negacionismo se trata de “[...] um julgamento de valor para o qual bastam opiniões baseadas em impressões e interesses pessoais, sem qualquer preocupação com a realidade ou com evidências científicas.” (SOUZA, 2022. p. 64), e é através dele que o governo Bolsonaro, e mais especificamente o próprio presidente, negaram o tempo todo a necessidade de políticas para enfrentar a pandemia, minimizando a gravidade da doença e desqualificando as medidas preventivas.

Desde o início da pandemia, o presidente se mostrou contrário ao isolamento social e estimulou o exato oposto, minimizando a gravidade da situação, com falas que demonstravam sua indiferença e desprezo pelos óbitos causados pela doença. Além disso incitou uma alienação e um ataque a ciência ao duvidar inúmeras vezes da veracidade do número de mortes pelo vírus, e ao disseminar a ideia de um possível tratamento precoce através da Cloroquina, medicamento recomendado para malária, sem nenhuma comprovação científica da sua eficácia, podendo inclusive causar efeitos colaterais.

O governo se mostrou muito eficiente na sua intenção de atrasar a compra das vacinas, na medida em que os óbitos no país aumentavam. “Em 2020, três ofertas do Instituto Butantan foram ignoradas, e a compra de 70 milhões de doses da fabricante Pfizer foram recusadas.” (BELLO; GODOI; RIBAS, 2022. p. 28).

A falta de planejamento e a negação da gravidade da doença pelo governo do Brasil foram responsáveis pela contaminação e morte de milhares de pessoas. Além da perda de vidas, os resultados da política negacionista agravaram a situação econômica de milhares de famílias, sendo que a população mais atingida se refere aquela historicamente excluída da socialização da riqueza socialmente produzida. Muitos trabalhadores precisaram lidar com o desemprego aliado com o medo de sair de casa para ir trabalhar. Baseado nos dados da ConVid Pesquisa de Comportamentos, 20,6% dos participantes da pesquisa afirmam terem perdido seu emprego ou ficado sem trabalhar nesse momento.

Mesmo sem executar alguma atividade considerada “essencial”, muitos precisaram continuar trabalhando ou fazendo bicos por necessidade, correndo risco de contrair o vírus e transmitir para familiares. Importante ressaltar também que muitos trabalhadores ao contrair o vírus ficaram sem renda, por conta do trabalho informal, não possuindo nenhum respaldo em período de doença. Os trabalhadores

de atividades consideradas essenciais também precisavam lidar diariamente com o medo da contaminação. Muitos profissionais que ficaram na linha de frente da pandemia acabaram morrendo, desde médicos, enfermeiros e assistentes sociais.

Nesse contexto, a modalidade do trabalho virtualizado cresceu de forma exponencial. A precarização oriunda da virtualização do mercado de trabalho, além da necessidade do trabalhador deter os instrumentos de produção, se deu também pelo alongamento da carga horária, visto que o lar e o local de trabalho se uniram em um só, se tornando cada vez mais difícil desassociá-los, ainda mais quando o objeto de lazer (celular, computador) também é o objeto de trabalho, não podendo desconectar a vida pessoal da profissional. Além disso, nesse cenário, foi preciso conciliar o trabalho com o trabalho doméstico, principalmente o cuidado com as crianças, posto que durante a pandemia as creches e escolas suspenderam as atividades presenciais. Tudo isso atrelado ao distanciamento social e a necessidade de permanecer em casa, geraram um ambiente extremamente adoecedor, mentalmente e fisicamente. 29,4% dos participantes da pesquisa ConVid Pesquisa de Comportamento afirmam terem trabalhado mais do que o normal durante a pandemia, 61,7% relatam terem tido aumento nas atividades domésticas, com relação à saúde mental 52,5% se sentiu ansioso ou nervoso e 40,2% se sentiu triste ou deprimido.

A pandemia se mostrou um cenário devastador também para o âmbito da educação superior, a qual foi diretamente afetada, precisando lidar com um momento atípico e modificar seus métodos de ensino para uma forma funcional e adequada a esse momento vivido, aderindo o ensino remoto. O novo método de ensino e as mudanças geradas trouxeram muitas dúvidas, problemáticas e preocupações, como será analisado no item a seguir.

3.2.1 Desvendando os Impactos da Pandemia de COVID-19 na Realidade Educacional Brasileira

Com o avanço da pandemia e o cumprimento das medidas preventivas, as aulas presenciais no ensino superior foram, em sua maioria, suspensas por todo país em março de 2020. Como solução para esta situação, em junho de 2020 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) regulamentou a substituição das aulas

presenciais por aulas em meios digitais, ou seja, pelo ensino remoto emergencial (ERE), através da Portaria número 544. A incorporação do ERE se deu de forma rápida nos governos estaduais e instituições de ensino, porém de forma pouco democrática, sem realizar debates com a comunidade acadêmica ou entidades representativas da mesma (FARAGE, 2021).

A implantação do ERE seguiu a mesma lógica das demais ações realizadas pelo Estado: a falta de planejamento. Não foi realizado previamente um diagnóstico das condições dos discentes e docentes para tal. Não foram levados em consideração a necessidade de itens como computadores, acesso à internet e habilidades para manuseio de tecnologia. Ou seja, tanto o estudante quanto o professor precisavam dispor de sua casa, que como vimos anteriormente muitas vezes não possuía nem saneamento básico, internet, computador, um ambiente adequado e silencioso para conseguir prestar atenção às “aulas”. A utilização das aspas na palavra “aulas” se dá pois o ensino remoto não pode ser caracterizado como educação à distância, visto que de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 9.057 de 2017 a educação à distância se configura como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Ou seja, o ensino remoto emergencial (ERE) não possui a mesma estrutura que a educação à distância e sequer pode ser considerado aula, pois não tem a garantia de que o estudante está realmente presente e compreendendo o que está sendo ensinado. Essa modalidade improvisada dificulta ainda mais as trocas de vivência entre aluno e professor, as quais são muito importantes para o aprendizado, o incentivo ao pensamento crítico e o acolhimento do estudante. De acordo com Farage (2021. p.58) ocorre um “[...] esvaziamento do sentido didático-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem [...]”.

Outro elemento decisivo na suspensão das aulas presenciais diz respeito à alimentação, visto que muitos estudantes se alimentavam unicamente nos restaurantes universitários, por serem mais acessíveis economicamente. Conforme Farage (2021. p.57) o processo de passagem do ensino presencial para o ERE foi marcado por:

i) ausência ou baixa qualidade de diagnósticos sobre a realidade material, objetiva e subjetiva de docentes e discentes; ii) redução dos mapeamentos realizados ao aspecto do acesso à tecnologia; iii) ausência de transparência sobre os resultados dos levantamentos realizados; iv) desvinculação do tripé ensino-pesquisa-extensão; v) subordinação às tecnologias dos grandes conglomerados tecnológicos que dominam as plataformas de mediação tecnológica; vi) esvaziamento do processo de ensino-aprendizagem com a organização das disciplinas em “aulas” síncronas e assíncronas; e vii) inviabilização do estágio como parte constitutiva da formação profissional.

É importante ressaltar que a falta de planejamento na educação durante a pandemia não se deu somente no período do ensino remoto emergencial, mas também no período de retorno às aulas presenciais, não garantindo que este se desse de uma forma segura. Segundo Bello, Godoi e Ribas (2020), com todos os cortes de verbas que as instituições de ensino já estavam sofrendo devido as contrarreformas, somado a agravação desse cenário durante a pandemia, grande parte das instituições não possuía estrutura física e material para garantir o distanciamento social e demais medidas de prevenção entre os estudantes no retorno às aulas presenciais.

A profunda desigualdade no acesso à tecnologia se tornou mais evidente durante a pandemia, com o ERE e o teletrabalho. De acordo com a pesquisa TIC de 2020, 54.6% das casas brasileiras não possuem computador e 16.8% não possuem acesso à internet, 40.7% dos brasileiros afirmam nunca ter utilizado um computador e 14% afirma nunca ter tido acesso à internet⁷. A população durante a pandemia sofria uma profunda onda de desemprego, e é justamente em um dos momentos mais frágeis dos direitos trabalhistas e com uma grande taxa de desemprego que surge a obrigatoriedade de que os estudantes e trabalhadores possuam computadores, acesso à internet, etc, para assistir suas aulas online, ou poder trabalhar. Esse cenário aprofundou ainda mais a desigualdade e escancarou as condições desiguais de acesso à educação que sempre existiram no nosso país, reforçando a elitização do ensino superior ao excluir as classes mais pauperizadas.

A pandemia foi responsável por trazer algumas novas expressões das contrarreformas que já vinham ocorrendo no Brasil. O ensino remoto emergencial é uma dessas novas expressões, uma vez que representou um novo modelo de educação, ofertando um ensino desqualificado e acrítico, perfeito para a formação

⁷ Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2020/domicilios/>

de massa para o mercado de trabalho flexibilizado, ampliando também a oferta de cursos de nível superior no modelo EaD (ensino à distância).

O mercado educacional viu a pandemia como uma grande oportunidade de lucro. A expansão das ferramentas on-line voltadas para a educação gerou um grande enriquecimento para uma elite empresarial, exemplo disso foram as empresas de tecnologia que desenvolveram ferramentas para a transmissão das atividades educacionais. “De acordo com dados divulgados pela empresa de videoconferência Zoom, seus lucros cresceram 1.123% no primeiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período em 2019”. (BELLO; GODOI; RIBAS (2020. p. 26). Ademais, o cenário da pandemia também traz um incentivo à precarização do mundo de trabalho com a virtualização do mesmo em todos os setores.

No contexto do ERE os professores além de precisarem mudar todo seu método de ensino com um novo formato de “aula”, também precisaram lidar com a exposição da sua imagem. De acordo com Farage (2021), por conta das aulas disponibilizadas aumentou o risco das gravações serem divulgadas sem autorização, colocando em risco a liberdade do profissional, em tempos onde o pensamento crítico é visto como algo negativo.

Outra expressão marcante da pandemia foi o isolamento social, pois afetou tanto os estudantes quanto trabalhadores, agravando ainda mais o adoecimento físico e mental em tempos de pandemia. De acordo com dados da ConVid Pesquisa de Comportamentos, 74,3% dos participantes da pesquisa afirmaram terem aderido às medidas de restrição social e 56,8% afirmou ter se sentido isolado dos familiares e amigos. Além do isolamento precarizar o trabalho e os estudos, por mais que pareça óbvio, ele distancia as pessoas, tornando mais difícil a união da classe trabalhadora e estudantil, união essa que traz a força para resistir às violações e opressões sofridas cotidianamente.

Esse cenário incentiva a meritocracia, propagando a ideia de que o indivíduo pode superar os obstáculos da sua vida e alcançar seus desejos sem interferência estatal ou da sociedade, se ele assim o quiser e se esforçar, com o ideal de que o esforço pode superar a falta de acesso a recursos e oportunidades. Outro fator proeminente do incentivo à individualização é a incapacidade de se preocupar com o próximo, de se identificar na situação em que o outro está posto, a prova disso foi a falta de reação e empatia durante a pandemia diante dos grandes números de

mortes no país, as pessoas viam como uma situação muito distante delas, como se aquilo quase não fizesse parte do seu mundo.

Posto todos esses fatores, as universidades precisaram buscar meios para superar as adversidades vividas na pandemia e constituir estratégias para retomar as atividades de ensino. Desse modo, a assistência estudantil se mostrou um eixo fundamental nesse cenário, como será analisado a seguir.

3.3 DESAFIOS AMPLIADOS: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL TRANSFORMADA

Antes de aprofundar na temática da assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina no período da pandemia é importante contextualizar primeiramente a assistência estudantil no Brasil durante esse período.

A crise sanitária proveniente da pandemia de COVID-19 exacerbou ainda mais as vulnerabilidades já existentes no país, agravando as limitações da permanência estudantil no ensino superior. Entretanto, mesmo em meio ao contexto desanimador da pandemia e de um governo negacionista e anticiência, as universidades federais do Brasil desempenharam um papel muito importante no combate à pandemia, como afirma Sousa (2023), trabalhando fortemente na produção de conhecimento científico, promovendo projetos de pesquisa e extensão sobre possibilidades de tratamento, produzindo materiais informativos sobre o coronavírus e até a testagem de vacinas, colocando à disposição da sociedade seus laboratórios, espaços físicos, recursos materiais e humanos.

As IFES se viram em um momento hostil onde precisaram se adaptar e trazer respostas rapidamente, em uma situação que até então era desconhecida e da qual não se possuía um planejamento de longo prazo. Em março de 2020 as atividades acadêmicas foram suspensas temporariamente nas universidades federais, com respaldo do Ministério da Educação (MEC), e posteriormente substituindo as aulas presenciais por aulas online. Desse contexto afloram diversas problemáticas, como a impossibilidade de as IFES garantirem a igualdade de ensino nas aulas remotas, visto que muitos estudantes e até docentes não possuem a infraestrutura para tal, desde computadores, internet, habilidade tecnológica, ambiente adequado e silencioso em casa para assistir e ministrar as aulas, etc.

Com a permanência e até a vida de muitos estudantes em risco, as ações de assistência estudantil precisaram responder de forma rápida, mesmo com muitas incertezas e poucas orientações. As instituições precisaram impor muitas e complexas mudanças de um mês para outro, sem a chance de planejamento prévio. Nesse cenário, a assistência estudantil buscou promover a permanência estudantil a partir da execução de diferentes programas e estratégias em cada instituição, procurando contemplar suas respectivas realidades e demandas.

Segundo a pesquisa de Sousa (2023), tendo como fonte os portais das 69 universidades federais do país e também a página eletrônica da Andifes, no período de 2020 a 2021, 45 das 69 universidades analisadas disponibilizaram aos estudantes um período letivo suplementar de forma online, sem equivalência com os períodos regulares. Das 45 analisadas, 27 começaram o período letivo em agosto ou setembro de 2020. Observa-se um intervalo de 5 meses de quando as aulas foram suspensas até a sua volta de forma online. Esse intervalo se deu, possivelmente, devido a necessidade de desenvolvimento das tecnologias que serviram para a mediação do ensino remoto, a capacitação dos professores para o ambiente virtual, e a formulação de ações de assistência estudantil capazes de atender os estudantes fragilizados pela pandemia e pelo novo método de ensino. Em vista do prolongamento da pandemia e do isolamento social, muitas universidades reformularam suas normativas em relação ao calendário acadêmico, como afirma Sousa (2023), oferecendo os semestres regulares de 2020.1 e 2020.2, os quais foram finalizados em 2021. Apenas duas universidades finalizaram o calendário letivo de 2020 no respectivo ano.

Das plataformas mais utilizadas no período de ensino remoto destacam-se o Google Meet e o Google Classroom. A capacitação dos docentes para tais ferramentas se deu através de espaços formativos com orientação direcionada ao nível de fluência digital. Esse processo gerou muitos debates e dúvidas entre os docentes sobre qualidade do ensino e a possibilidade da sua adaptação (SOUSA, 2023). Nos períodos suplementares disponibilizados, tanto a participação dos docentes quanto a matrícula dos discentes era facultativa. Com relação à frequência, ela se deu na maioria das universidades (44%) através da participação do discente em atividades síncronas e assíncronas. 19% das universidades optaram por não registrar faltas. (SOUSA, 2023).

De acordo com a pesquisa de Cintra et al., (2022) com base nos sites das 69 IFES do Brasil, no período de 18 a 20 de janeiro de 2021, as principais ações de assistência estudantil antes da pandemia (janeiro de 2020) eram, em ordem decrescente, as focadas em moradia, alimentação, transporte, creche e pedagógico. Já no período da pandemia (janeiro de 2021) essas ações mudaram, tendo como principal foco o apoio pedagógico, seguido do auxílio digital, saúde e alimentação. Como citam os autores, os programas de repasse financeiro passaram por pouca ou nenhuma atualização, já as ações que eram realizadas dentro do espaço físico das universidades, como por exemplo a alimentação nos restaurantes universitários, passaram por grandes mudanças para que pudessem ser oferecidas de maneira remota. O apoio pedagógico, que foi a principal ação realizada durante a pandemia, começou a ser ofertado de forma online. Já com relação às ações na área da saúde, se teve um grande foco no apoio psicológico aos estudantes, também de forma online, visto o grande impacto que o isolamento social e as consequências da pandemia geraram na saúde mental.

A pesquisa realizada por Almeida, Júnior e Osti (2021) com relação ao comprometimento acadêmico no contexto da pandemia de COVID-19, traz dados significativos sobre a relação dos estudantes com a pandemia e o ensino remoto. A metodologia da pesquisa previu a aplicação de um questionário através do *google forms* voltado para estudantes brasileiros do ensino superior, totalizando a participação de 1.452 graduandos. Do total de participantes, 6,1% afirmam não terem conseguido acompanhar as aulas de forma online e 59,6% conseguiram apenas de forma parcial. As justificativas concedidas para tal dificuldade foram relacionadas com a saúde mental, saúde física, conflito de convivência com a família, rotina doméstica, dificuldade de se adequar ao novo modelo de ensino, seja por via do distanciamento dos professores e colegas, seja por complicações tecnológicas.

Com relação à falta de recursos, 3,4% dos estudantes não conseguiram acompanhar as aulas por não possuir internet ou notebook/computador e 34,6% conseguiram participar parcialmente, por conta de problemas de conexão e falta de equipamentos adequados. Dos estudantes analisados, 90,8% estavam vivendo com suas famílias e desse número 30,3% afirmaram não possuir local para estudar ou assistir às aulas sozinhos. 82,3% dos estudantes participantes tiveram sua rotina de estudos influenciada pela nova rotina, tendo que ajustar os estudos com o trabalho

doméstico e o cuidado com familiares. 40,3% declarou ter tido preocupações com a qualidade do ensino remoto. Os sentimentos declarados pelo grupo participante que mais prevaleceram foram: medo (69,3%), tristeza (66,6%), expectativa (57%), pessimismo (41,7%) e raiva (40,4%). Esses sentimentos negativos oriundos do isolamento social, mudanças repentinas, problemas financeiros, entre outros, além de prejudicar o desempenho acadêmico dos graduandos, afeta gravemente a saúde mental, gerando problemas em todos os demais aspectos da vida (ALMEIDA; JÚNIOR; OSTI, 2021).

De acordo com a pesquisa de Cintra et al., com relação ao transporte, este passou de uma prioridade antes da pandemia, para uma das ações de assistência estudantil menos realizadas durante a pandemia, em vista do isolamento social e das aulas em formato remoto, fazendo com que os estudantes não precisassem mais se deslocar para as universidades. Contudo, conforme os autores, não apenas algumas IFES ainda mantiveram o auxílio transporte usual como também ofereceram outros auxílios nesse sentido para que os estudantes pudessem voltar para suas casas ou casas de familiares, muitas vezes em outras cidades, durante a pandemia. No tocante à alimentação, as instituições com restaurantes universitários precisaram criar outras ações para suprir essa demanda dos estudantes, desde cestas básicas até um auxílio financeiro (CINTRA et al., 2022).

A inclusão digital migrou de último lugar, sendo executada por apenas 4 IFES antes da pandemia, para o segundo lugar durante a pandemia, sendo executada em 68 das 69 IFES brasileiras. Ela desempenhou um papel essencial conjuntamente com o apoio pedagógico, com as mais diversas ações nas diferentes IFES, desde auxílio financeiro para internet, auxílio financeiro para aquisição de equipamentos, empréstimo de equipamentos, apadrinhamento digital e principalmente o projeto Alunos Conectados oferecido pelo MEC e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que, de acordo com Cintra et al., (2022, p.13):

(...) objetiva a contratação de serviço de acesso à internet, através da disponibilização de pacote de dados móveis e fornecimento de *chips* (para os estudantes que ainda não o possuem), para atendimento dos alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para execução e desenvolvimento das atividades acadêmicas decorrentes do Covid-19 (RNP, 2020).

Nesse sentido, as ações de assistência estudantil no Brasil durante a pandemia de COVID-19 se mostraram de extrema importância para minimizar os problemas estruturais e prejuízos causados pela agudização das expressões da questão social. Essas ações ocorreram mesmo em um cenário de baixo orçamento, com a ofensiva direta do Governo em relação às universidades e com as grandes mudanças na área da educação, que ocorreram abruptamente e não deixaram escolha para os estudantes que logo foram inseridos no mundo virtual, mesmo com as inúmeras dificuldades existentes.

Considerando o recorte definido para a elaboração deste TCC, o próximo item busca identificar como a UFSC atuou no período da pandemia, principalmente no âmbito das ações vinculadas à assistência estudantil.

3.4 EXPLORANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina é signatária do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e encontra-se vinculada a Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE), mais especificamente pelo Departamento de Permanência Estudantil (DPE).

A PRAE, de acordo com Neckel e Kückler (2010), iniciou sua atuação em 1968. Neste ano foi realizado um Conselho Universitário estabelecendo uma Comissão de Assistência e Orientação ao Estudante, que visava atender as demandas estudantis nos âmbitos da Moradia Estudantil, Restaurante Universitário e Bolsa Estudantil. Entretanto, a PRAE foi realmente constituída em meados dos anos 1970, recebendo o nome, inicialmente, de Pró-Reitoria de Assistência ao Estudante, posteriormente de Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade (PAC).

No momento atual é denominada como Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis (PRAE) e tem sua estrutura dividida no Departamento de Assuntos Estudantis (DeAE), Restaurante Universitário (RU), Departamento de Gestão da Moradia Estudantil (DGME) e o Departamento de Permanência Estudantil (DPE).⁸

O Departamento de Permanência Estudantil, tem como papel, conforme o site da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenar e executar os programas

⁸ Disponível em: <https://arquivos.ufsc.br/d/6560ff7645/files/?p=/Reitoria/Pr%C3%B3-Reitoria%20de%20Perman%C3%Aancia%20e%20Assuntos%20Estudantis%20-%20PRAE.pdf>

voltados ao atendimento das demandas sociais dos estudantes, contribuindo para a permanência e estudo de qualidade dos estudantes da UFSC, atendendo suas demandas. A equipe do DPE, conta com quatorze assistentes sociais, sendo uma delas a diretora do departamento e quatro assistentes administrativos⁹. O departamento possui como atribuições, de acordo com o site oficial da UFSC:

Coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE; Coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil; Executar os Programas de Auxílio Moradia, Bolsa Estudantil UFSC, Moradia Estudantil e Auxílio Creche; Conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário; Realizar avaliação de Cadastros Socioeconômicos com objetivo de obtenção do Índice Socioeconômico dos estudantes de graduação da UFSC; Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFSC; Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da referida coordenadoria; Assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil; Por meio do Serviço de Apoio Administrativo, receber e encaminhar correspondências diversas; realizar o atendimento inicial da comunidade universitária; responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria; elaborar a folha de pagamentos dos benefícios; e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos; Executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; Coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes a sua área de atuação¹⁰.

Retomando, de forma breve o histórico da assistência estudantil na UFSC localiza-se como marco a adesão ao REUNI a partir de 2008, pois foi quando ocorreu uma ampliação de vagas, inserção de mais cursos e campi, criação de uma nova ala para o Restaurante Universitário e um novo prédio para a moradia estudantil, contratação de servidores, ampliação de bolsas, etc. Porém, na medida em que estes recursos se ampliaram, de forma contrária, os serviços ofertados pela Universidade se tornaram cada vez mais precarizados, pois o orçamento é insuficiente. De acordo com Santos e Marafon (2016) 75% do orçamento do PNAES, na UFSC, vai apenas para a bolsa estudantil. A Universidade Federal de Santa Catarina mantém a maioria dos programas com seus próprios recursos, o que corrobora para a focalização e monetarização da assistência estudantil.

⁹ Disponível em: <https://prae.ufsc.br/equipe/>

¹⁰ Disponível em: <https://prae.ufsc.br/dpe/>

Um setor muito importante e que articula diretamente com o Departamento de Permanência Estudantil é o de Psicologia Educacional, atuando, também, com foco na permanência de qualidade dos estudantes no ensino superior, tendo como ações:

Atendimentos individuais de orientação em relação à vida universitária: ambientação na Universidade; sofrimento psíquico relacionado à vida universitária; relações com colegas, docentes e demais servidores/as da UFSC. Ações Coletivas: Atividades e projetos coletivos mediados pelo Setor de Psicologia Educacional, abertos a todos/as estudantes, com prioridade para aqueles com Cadastro PRAE ou que vieram de escola pública. Ações multiprofissionais e intersetoriais: Ações elaboradas e/ou desenvolvidas com outros profissionais e setores, a partir das necessidades identificadas em atendimentos individuais, em projetos coletivos e na articulação com outros setores da Universidade.

Conforme o Relatório de Gestão da UFSC de 2019, no referente ano constavam listados os seguintes programas de assistência estudantil da UFSC:

- moradia estudantil, a qual disponibiliza habitação aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial na universidade;
- programa auxílio moradia, que propõe um auxílio pecuniário que ajude a custear os gastos de aluguel dos estudantes contemplados;
- auxílio creche que é concedido aos estudantes em vulnerabilidade econômica que possuem guarda/responsabilidade legal de crianças de até 6 (seis) anos;
- programa Bolsa Estudantil que tem como objetivo proporcionar um auxílio financeiro aos estudantes da UFSC;
- programa de Apoio à Aprendizagem de Idiomas, que oferta a isenção da taxa de inscrição nos cursos de línguas oferecidos pelo Departamento de Língua e Literatura Estrangeira, com intuito de viabilizar para os estudantes um maior conhecimento em outros idiomas;
- programa de Apoio a Atividades Esportivas, o qual oferece a isenção da inscrição em atividades esportivas, proporcionando a participação em atividades que contribuam para a saúde, lazer e integração social dos estudantes; e
- isenção de pagamento das refeições no restaurante universitário aos estudantes que possuam o Cadastro PRAE, comprovando ter renda bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo, e com a matrícula regular, não

sendo necessário participar de editais para garantir o benefício, basta possuir estes pré-requisitos.

Para ter acesso aos benefícios ofertados pela assistência estudantil da UFSC, assim como a psicologia educacional, é preciso que o estudante realize seu Cadastro PRAE, comprovando a situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, é necessário que também acompanhe os editais específicos, disponibilizados no site oficial da UFSC, dos benefícios que pretende pleitear. De acordo com o Edital nº 01/2023/PRAE, de 27 de janeiro de 2023:

Art. 1º O Cadastro PRAE é um instrumento técnico-operativo usado no processo de conhecimento, análise e interpretação da situação social dos/as estudantes de graduação presencial da UFSC, com o fim de emitir um parecer sobre a situação econômica, por meio da análise documental e da entrevista social. Constitui-se ainda em instrumento institucional legal para possibilitar o acesso dos/as estudantes cadastrados às inscrições nos Programas Assistenciais implementados pela PRAE e/ou de outros setores em parceria com esta¹¹.

Apesar do Cadastro PRAE apenas levar em consideração o perfil socioeconômico¹² dos estudantes, é preciso trazer um perfil mais amplo do público atendido pela assistência estudantil da UFSC, de forma a conhecer verdadeiramente a realidade destes, podendo assim, construir as melhores alternativas juntamente com a comunidade acadêmica.

Dessa forma, faz-se necessário reconhecer o perfil dos estudantes contemplados pela assistência estudantil da UFSC, no intuito de apreender de forma mais ampla quem são e as particularidades das demandas que apresentam. Para tanto, serão utilizados os dados do diagnóstico social¹³ realizado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis¹⁴ da UFSC, através de um questionário online via *Google Forms* em março de 2021, obtendo 1249 respostas. Dos estudantes participantes, 70% ingressou na universidade através da política de ação afirmativa. Esse grande percentual se dá, visto que, as ações

¹¹ Disponível em: <https://prae.ufsc.br/2023/01/27/edital-cadastro-prae-2023/>

¹² O cadastro PRAE segue o disposto no próprio PNAES que possui como prioridade de atendimento estudantes oriundos de rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, não levando em consideração os demais fatores que implicam diretamente na permanência estudantil no ensino superior.

¹³ Disponível em: <https://prae.paginas.ufsc.br/files/2022/05/Assist%C3%A2ncia-Estudantil-e-retorno-presencial.pdf>

¹⁴ Atualmente conhecidas respectivamente como Departamento de Permanência Estudantil e Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis.

afirmativas buscam democratizar o acesso à educação, possibilitando o ingresso na universidade de camadas sociais que possuem um histórico de exclusão do ensino superior. Porém, apenas a inserção dessa população mais vulnerabilizada não é o suficiente, é preciso garantir a permanência e ensino de qualidade.

Com relação ao indicador sobre raça/etnia, declaram-se brancos 61% dos participantes, 23% pardos, 12% pretos, 2% indígenas e 1% amarelos. Conforme já disposto nos primeiros itens do referente trabalho, raça e etnia são fatores que reforçam o racismo e a desigualdade histórico-estrutural, conforme já discutido no primeiro capítulo. Infelizmente, a população negra e indígena vêm sendo explorada, excluída e invisibilizada desde a colonização do Brasil, sofrendo com as consequências do processo de consolidação do capitalismo até hoje. Apesar de ser um fato notório que também afeta na permanência de estudantes no ensino superior, não são realizados, com frequência, levantamentos sobre o perfil étnico-racial dos estudantes contemplados pela assistência estudantil, assim como esse debate também é pouco incorporado no setor. Essa reflexão é essencial para, além de conhecer a realidade dos estudantes, também combater o racismo institucional.

Apesar dessas problemáticas referentes à questão étnico-racial na assistência estudantil da UFSC é importante ressaltar o Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAIQ). Criado em 2021, o programa busca viabilizar a permanência de estudantes indígenas e quilombolas graduandos da UFSC em situação de vulnerabilidade econômica através de um auxílio financeiro no valor de R\$ 900,00 mensais. Considerando as particularidades desse segmento, a PRAE desenvolveu um cadastro mais flexível com relação a entrega documental, conforme disposto no Edital nº 02/2023/PRAE, de 10 de fevereiro de 2023¹⁵. Sobre o objetivo do cadastro:

Art. 3º O Cadastro PRAE para os estudantes indígenas e quilombolas tem como base a escuta qualificada da história oral destes estudantes, acolhendo suas especificidades e buscando respeitar suas culturas. Também pauta-se na verificação documental das autodeclarações, da condição social do estudante e de seu território/comunidade.

Sobre a região brasileira de origem, 62% dos estudantes são provenientes do Sul, 22% do Sudeste, 6% Norte, 5% Nordeste e 3% Centro-oeste. É considerável o

¹⁵ Disponível em: <https://prae.ufsc.br/2023/02/10/edital-no-022023prae/>

percentual de estudantes provenientes de outros estados que acabam tendo que morar longe das famílias, ficando muitas vezes sem amparo financeiro e emocional.

Os participantes possuem como média de idade 24,4 anos e 60,8% são mulheres. Já com relação a renda bruta familiar média se chegou no valor de R\$ 1.904,43, tendo como média de membros familiares 3,7, resultando no valor de R\$ 505,07 de média de renda per capita. Vale registrar que o critério de seleção socioeconômica proposta pelo Cadastro PRAE é de 1,5 salário mínimo per capita. Desse modo, levando em consideração que estudantes com essa renda já são considerados vulneráveis economicamente e que a média de renda per capita, dentre os estudantes contemplados pela assistência estudantil da UFSC, é menor que a metade disso, pode-se observar a debilidade da assistência estudantil da universidade. Isto pois, a demanda e o orçamento são incompatíveis, ficando os programas destinados quase que apenas aos estudantes nas situações socioeconômicas mais críticas, deixando desassistidos aqueles que se apresentam mais próximos do limite do critério de seleção, mesmo que de forma comprobatória necessitem da assistência.

Conforme disposto nos itens anteriores, as IFES que já passavam por um momento difícil com as contrarreformas na educação se viram em um contexto desafiador durante a pandemia de COVID-19, com a assistência estudantil da UFSC não foi diferente. Dessa forma foi preciso criar respostas rapidamente para as grandes e novas demandas que vinham sendo realizadas, elaborando e reforçando programas de assistência estudantil, na Universidade Federal de Santa Catarina não foi diferente, como veremos no item a seguir.

3.4.1 O Impacto da Pandemia na Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina

Com as crescentes demandas geradas pela pandemia de COVID-19 e, acrescidas das demandas historicamente existentes, a Universidade Federal de Santa Catarina precisou se adaptar a essa nova realidade, buscando garantir a segurança e saúde da comunidade que frequenta o seu espaço, assim como também garantir uma educação de qualidade e a permanência dos graduandos em um momento tão adverso. Uma das primeiras medidas tomadas foi no dia 16 de março de 2020, quando as aulas presenciais foram suspensas na UFSC, adotando o

distanciamento social como estratégia para contribuir para impedir a disseminação da doença. Em 18 de março de 2020 as atividades administrativas presenciais também foram suspensas. A equipe da UFSC se dividiu, parte trabalhando de forma remota, e parte continuou se deslocando aos campi, no caso dos serviços considerados essenciais na modalidade presencial.

A UFSC trouxe grandes contribuições para a sociedade nesse cenário, visto que, mesmo durante a pandemia, continuou com a sua produção científica, elaborando materiais de estudo e pesquisas sobre o impacto, prevenção e tratamento da COVID-19. Foram desenvolvidos por professores da universidade desde respiradores de baixo custo, tecnologias de telemedicina, notas técnicas de orientações para os profissionais que estavam em políticas essenciais, aplicativos para mapear casos de COVID-19, desenvolvimento de fármacos contra o vírus até o desenvolvimento de vacinas¹⁶. De acordo com nota do reitor da universidade, Ubaldo Cesar Balthazar, em março de 2022, com relação a condução da UFSC durante esses dois anos de pandemia¹⁷:

Nossas contribuições foram incontáveis e nosso protagonismo no combate à COVID apenas reforçou a vocação de uma Instituição Universitária reconhecida como a UFSC. Nossos pesquisadores e pesquisadoras estiveram na linha de frente das investigações, propuseram soluções inovadoras, orientaram e recomendaram nossas decisões da forma mais sensata, racional e equilibrada possível, em meio a tantas incertezas.

A universidade promoveu diversas ações contra o Coronavírus, dentre algumas podemos citar, de acordo com o site da UFSC, a parceria da universidade com a Prefeitura de Florianópolis, disponibilizando seu espaço físico para abrigar dois pontos fixos de vacinação, desde março de 2021, tendo como linha de frente da aplicação muitos estudantes e professores do Departamento de Enfermagem da universidade. Também a disponibilização de 75 leitos para pacientes com COVID-19 no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC), o qual se destacou como o hospital universitário que mais produziu pesquisas relacionadas à COVID-19¹⁸.

¹⁶ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/07/ufsc-coordena-desenvolvimento-de-vacina-contrano-novo-coronavirus/>

¹⁷ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/03/reitor-divulga-mensagem-sobre-a-conducao-da-universidade-em-dois-anos-de-pandemia/>

¹⁸ Disponível em: <https://coronavirus.ufsc.br/numeros-da-ufsc-contra-o-coronavirus/>

A universidade produziu, 3 mil máscaras face shield, além de máscaras em impressão 3D e mais de 6 mil litros de álcool 70, glicerinado e em gel, realizando doações ao governo e serviços públicos de saúde de Santa Catarina. Ademais realizaram ações de solidariedade desenvolvidas junto à comunidade e campanhas educativas, disponibilizando materiais informativos, orientações e dicas para lidar com o período da pandemia de forma segura e, sempre, com embasamento científico, fator de extrema importância em um contexto de disseminação de dúvidas e desinformação, incluindo também as pessoas que se comunicam unicamente pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), visto que estas possuem um menor acesso às orientações produzidas durante a pandemia, dito isso, um servidor da UFSC elaborou diversos vídeos informativos sobre a COVID-19 em Libras¹⁹.

Passaram-se meses sem expectativa de data para a volta às aulas, com diversas discussões referentes a como ocorreria esse retorno, foi quando, em junho de 2020, de acordo com o Relatório de Gestão do mesmo ano, que o Conselho Universitário (CUn/UFSC) deliberou que as aulas voltassem no formato remoto, gerando uma transição para o ensino à distância, algo que impactaria tanto os estudantes quanto os professores, sendo necessário transformar os métodos de ensino, assim como a forma de participar das aulas e assimilar os conteúdos.

O conselho também estipulou prazos para que a UFSC e os professores pudessem se organizar, definindo a retomada do semestre de 2020.1 para o dia 31 de agosto de 2020. Foi elaborado, de acordo com o site da universidade, em junho de 2020, um levantamento de informações com relação às atividades acadêmicas durante a pandemia, pelo subcomitê Acadêmico, com participação dos subcomitês Científico e de Assistência Estudantil, com objetivo de compreender quais as melhores propostas para a UFSC durante a pandemia, foram três questionários diferentes direcionados aos estudantes, docentes e técnicos-administrativos²⁰.

De forma a garantir um ensino de qualidade e a permanência dos estudantes, as atividades da PRAE não foram interrompidas nesse período sem aulas, mas sim readaptadas de forma a atender as demandas da comunidade universitária nessa nova realidade. Um exemplo disso foi a flexibilização do Cadastro PRAE, realizada pelo DPE, os documentos que antes precisavam ser entregues em mãos, passaram

¹⁹ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/04/coronavirus-conheca-canais-de-informacao-sobre-a-covid-19-em-libras/>

²⁰ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/06/pesquisa-sobre-atividades-academicas-durante-a-pandemia-encerra-se-nesta-quarta-dia-10-de-junho/>

a ser recebidos no formato digital. Os atendimentos passaram a ser realizados de forma online, visando a segurança dos profissionais e estudantes. Além disso, houve a necessidade de implementação de novos programas, assim como a reestruturação dos já existentes. A PRAE procurou atender às novas demandas provenientes da pandemia, compreendendo como esta acentua as expressões da questão social e afeta diretamente na permanência dos graduandos.

Uma alternativa fundamental adotada pela UFSC no período da pandemia e que perdurou até o semestre de 2022.1, foi a criação de uma modalidade de matrícula que permitia aos estudantes manterem o vínculo com a universidade e com os programas de assistência estudantil, mesmo não cursando nenhuma disciplina. Isso contribuiu, sobremaneira, para os estudantes que não conseguiriam acompanhar as aulas no modo remoto e não trancaram o curso. Essa modalidade foi cadastrada no sistema de controle acadêmico (CAGR) sob o registro “Situação Regular UFSC – Pandemia – COVID-19”, incluindo no espelho de matrícula o código ZZD2020²¹.

Uma das primeiras mudanças realizadas no âmbito da assistência estudantil foi a criação do Cadastro PRAE Emergencial em maio de 2020, tendo como objetivo acolher a demanda reprimida de estudantes que não puderam realizar seu Cadastro PRAE antes da pandemia e estavam em situação de vulnerabilidade. Se trata de um cadastro mais flexível, que possibilitava a não apresentação de alguma das documentações, caso não fosse possível acessar de forma digital, bem como a flexibilidade sobre a exigência de impressão e reconhecimento de firma, conforme o Edital n° 8/PRAE/2020²² :

O/A estudante deverá apresentar os documentos solicitados, porém, com a possibilidade de justificar a ausência de alguns deles, o que não determina o indeferimento do cadastro, a ser analisado pelo/a assistente social, que goza de autonomia profissional para análise da vulnerabilidade social dos sujeitos.

Conforme o Relatório de Gestão de 2020, o referido ano teve um total de 163 cadastros emergenciais deferidos e 80 indeferidos. Esse dado explicita, mais uma vez, o descompasso entre as necessidades estudantis e a capacidade de atendimento por parte da UFSC. Buscando aprofundar a análise sobre as mudanças

²¹ Disponível em: <https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/2020/09/03/orientacoes-gerais/>

²² Disponível em: <https://prae.paginas.ufsc.br/files/2020/05/Edital-08-2020-PRAE-Cadastro-PRAE-emergencial.pdf>

sofridas na assistência estudantil da UFSC, o próximo subitem buscará apresentar um comparativo entre as ações e programas ofertados no intervalo de 2019 e 2022.

3.4.1.1 Os programas da assistência estudantil da UFSC: aproximações analíticas

No sentido de compreender as mudanças na assistência estudantil da UFSC e como as demandas geradas durante a pandemia afetaram os seus programas, será realizado neste item um comparativo de dados relativos ao período anterior e ao período corrente da pandemia, possuindo como objeto de análise o Relatório de Gestão de 2019, 2020, 2021 e 2022²³.

Com relação às atividades do Serviço Social do DPE em conjunto com a Psicologia Educacional, de acordo com o Relatório de Gestão de 2020, foram realizados 74 acolhimentos, dos quais 72 ocorreram somente nos meses de setembro e agosto, meses referentes ao início do retorno às aulas na modalidade remota. Se comparado com os números do Relatório de Gestão de 2019, podemos observar um gritante aumento dos acolhimentos, visto que em 2019 ocorreram 67 acolhimentos no ano inteiro, já em 2020, em apenas dois meses já foram capazes de ultrapassar esse número. É possível analisar que essa mudança se deu pelo fato do ano de 2020 ser um ano atípico, que apresentou numerosas dificuldades das quais afetaram diretamente o bem-estar físico e mental dos estudantes, incidindo diretamente na dificuldade em se adaptar ao novo modelo de ensino e ao isolamento social, refletindo também em seu desempenho acadêmico. Fatores estes que são objeto do atendimento do Setor de Psicologia Educacional, o que explicaria a maior procura deste durante a pandemia.

Apesar dos números de acolhimento terem aumentado, este ainda é bem reduzido se comparado ao número dos estudantes que possuem Cadastro PRAE deferido, público alvo do setor. Essa situação pode ser explicada pela falta de divulgação e materiais informativos sobre as ações do setor, que não pode se reduzir a apenas poucas publicações no site da universidade, assim como a falta de recursos humanos e orçamentários para atender toda a demanda recebida, de acordo com o site oficial da universidade. O Setor de Psicologia Educacional conta com apenas quatro psicólogas e uma técnica em assuntos educacionais.

²³ Disponível em: <https://dpgi-seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>

O Auxílio Creche, por se tratar de um repasse financeiro, não sofreu alterações durante a pandemia. No ano de 2020, conforme o relatório de gestão, teve um total de 141 parcelas concedidas do benefício, comparado com 264 do ano anterior (2019). Observa-se uma grande redução no número de parcelas, o que pode ser explicado pelo fechamento de grande maioria das creches no período de suspensão das aulas presenciais. Essa redução também traz à tona a problemática da sobrecarga das mulheres durante a pandemia e, nesse caso, mais especificamente as mulheres discentes que têm o trabalho doméstico intensificado, visto que tais funções na maioria das vezes recaem sobre estas, precisando conciliar as atividades domésticas, cuidados com os filhos, visto que sem o amparo das escolas e creches estes precisam ficar em casa.

De acordo com dados levantados pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, as mães, em comparação aos pais, assumem pelo menos 50% a mais dos cuidados com os filhos, e com relação às crianças que estão em ensino remoto, as mães assumem até 30% a mais dos cuidados com as atividades escolares dos filhos²⁴. É importante ressaltar que essa é uma desigualdade que sempre existiu, ela foi apenas acentuada pela pandemia. De acordo com dados do IBGE, referentes ao ano de 2019, antes da pandemia, apontam que as mulheres com ocupação dedicaram em média 8,1 horas a mais aos cuidados domésticos do que os homens também com alguma ocupação²⁵.

Toda essa sobrecarga gerada pela necessidade de conciliar um grande número de atividades, causa estresse e impacta diretamente na saúde mental das mulheres, conforme Schmidt et al. (2020, p. 5) “Ser mulher, estudante e apresentar sintomas físicos ligados à COVID-19, ou problemas de saúde prévios, foram fatores significativamente associados a maiores níveis de ansiedade, depressão e estresse.”. Fatores estes que acabam prejudicando o desempenho acadêmico e gerando muitas evasões do ensino superior.

O Auxílio Moradia também representa um auxílio de repasse financeiro, não sofrendo alterações nesse período. Contudo, ao analisar os dados do Relatório de Gestão de 2020 pode-se observar que, no referido ano, foram concedidas 8.868

²⁴ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/09/instituto-de-estudos-de-genero-da-ufsc-alerta-para-sobrecarga-de-mulheres-nas-novas-rotinas-devido-a-pandemia>

²⁵ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>

parcelas do benefício, comparando com o total de 12.096 de 2019. Acredita-se que essa mudança se deu pelo fato de que muitos estudantes, durante a pandemia, que recebiam o auxílio para morar próximo à universidade, acabaram retornando para a casa de seus familiares.

Pode-se analisar também que os números do referido benefício foram diminuindo gradativamente desde o mês de janeiro, onde houve 979 parcelas concedidas, até o mês de dezembro com 576 parcelas. Isso se dá em razão da incerteza dos estudantes, nos primeiros meses de 2020, tanto em relação à própria COVID-19, visto que pouco ainda se sabia sobre o vírus, e também com as medidas que seriam tomadas para o retorno das aulas. Nos últimos meses de 2020 já se tinha a certeza de um ensino à distância e a gravidade da pandemia. Muitos estudantes se encontraram inicialmente em uma situação vulnerável, sem as orientações necessárias. Com isso, muitos se mantiveram morando nas proximidades da universidade, ressaltando ainda os estudantes que sequer recebiam o auxílio moradia e precisaram continuar pagando aluguel, em um período de grande desemprego, por conta da incerteza e do medo de perder o local que mora caso saíssem e as aulas retornassem subitamente, prejudicando assim sua formação.

O Programa Bolsa Estudantil, também se tratando de um auxílio financeiro, não sofreu alterações e nem mudanças relevantes em comparação aos números de 2019 para o ano de 2020. De acordo com os relatórios de gestão de cada ano, em 2019 foram pagas 22.138 parcelas do benefício Bolsa Estudantil, no ano de 2020 foram pagas 20.588, já subindo novamente no ano seguinte com 21.073 parcelas em 2021.

Em conformidade com o Relatório de Gestão de 2020, os estudantes da Moradia Estudantil da UFSC, no contexto da disseminação do coronavírus no referente ano, foram orientados a retornarem às casas de seus familiares, de forma a evitar ao máximo a contaminação pelo vírus. Os estudantes que não possuíam condições de deixar a moradia estudantil receberam instruções de higiene e isolamento social para se manterem no ambiente. Visto isso o Programa Moradia Estudantil não ofertou novas vagas no ano de 2020, conforme o Relatório de Gestão do mesmo ano:

Em razão do Decreto nº 515/2020 do governo do Estado de Santa Catarina, que estabeleceu a situação de emergência em todo o território catarinense em relação à pandemia da COVID-19, em conjunto com a Portaria nº 354/2020/GR, que no dia 18 de março de 2020 definiu prazos sobre o funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas na UFSC de forma remota, a PRAE suspendeu o edital de resultados para a ocupação das vagas disponíveis da moradia estudantil diante da necessidade de evitar aglomerações e seguir as orientações sanitárias.

Esse tópico retoma a sensação de vulnerabilidade entre os estudantes, que dependiam da Moradia Estudantil, pois não possuíam outra opção de residência em Florianópolis, seja pelo fato dos familiares morarem longe, até em outros estados, ou por falta de condições financeiras para tal. Se trata de uma difícil decisão, sair da moradia estudantil, com a incerteza de encontrar uma moradia de qualidade e segura onde poderiam, inclusive, se manter no ensino remoto ou então permanecer na moradia, longe dos familiares e em um ambiente que pode vir a não ser seguro em um momento como aquele, em vista da grande movimentação de pessoas. O medo de ser infectado, a solidão de morar sozinho em um período de isolamento social, o distanciamento de familiares e amigos, são fatores prejudiciais para a saúde mental que podem infligir os estudantes que vivem em moradia estudantil, mas não se pode ignorar a importância da mesma para a permanência e até a sobrevivência de estudantes, ainda mais em um cenário conturbado como foi o da pandemia de COVID-19.

Os programas de Apoio à Aprendizagem de Idiomas (PAAI) e Apoio à Atividades Esportivas (PAAE) se mantiveram no semestre de 2020.1, no retorno das aulas na modalidade remota. De acordo com o Relatório de Gestão de 2020 o PAAI ofertou 150 vagas para 304 inscritos e o PAAE ofertou 78 vagas para 152 inscritos, sendo que ambos mantiveram as mesmas quantidades de vagas do ano de 2019, com a diferença de que no relatório não consta o semestre de 2020.2, visto que as aulas retornaram tardiamente naquele ano. É muito significativo que esses programas tenham se mantido mesmo durante a pandemia, pois, como já citado, esse cenário foi extremamente danoso para a saúde mental dos estudantes. Atividades complementares e atividades físicas se mostram importantes para distrair a mente e evitar o estresse, além do fato de uma rotina saudável, física e mentalmente, deter o sedentarismo e aumentar a imunidade do corpo, de acordo com o estudo realizado por Bezerra et al. (2020, p. 8):

(...) as pessoas, ao aproveitarem o momento inicial de pandemia com atividades que promoviam descanso e relaxamento, além de exercícios

físicos, exibiram menores índices de estresse, mesmo lidando com uma situação de saúde tão delicada.

Importa ainda salientar que nem todos estudantes têm as condições financeiras e tempo para realizar atividades físicas e de lazer com o intuito de relaxar e desestressar, visto que, principalmente durante a pandemia, como já analisado, muitos passaram por uma sobrecarga, tendo que conciliar trabalho, atividades domésticas e estudos, além de ter sido um momento crítico financeiramente. E é nesse sentido que tais programas de assistência estudantil se mostram indispensáveis, possibilitando, dentro dos recursos orçamentários, que estudantes consigam ter acesso a atividades como a aprendizagem de novos idiomas e atividades esportivas.

Por conta do risco de contaminação, com a grande movimentação de pessoas e o ambiente fechado, o Restaurante Universitário (RU) também teve suas atividades suspensas a partir de março de 2020. Conforme o Relatório de Gestão de 2020, referente ao mês de janeiro até o dia 16 de março, quando o RU foi fechado, no campus de Florianópolis, foram realizadas 143.173 refeições, com o custo de R\$ 4.803.826,56. Em vista da grande responsabilidade que o RU possui, posto que muitos estudantes dependem do mesmo para realizar suas refeições, a PRAE teve a necessidade de criar um programa de assistência estudantil capaz de auxiliar, nesse período, os estudantes em vulnerabilidade econômica. Dessa forma, foi criado o Programa Emergencial de Apoio ao Estudante.

Antes de aprofundar com relação ao Programa Emergencial de Apoio ao Estudante é importante ressaltar também outras ações realizadas na universidade para auxiliar os estudantes que ficaram em situação de insegurança alimentícia após o fechamento do RU. Pode-se citar a distribuição de cestas básicas realizada pela Frente Estudantil de Segurança Alimentícia (Fesa) da UFSC, assim como pela união de Centros Acadêmicos e demais entidades da universidade, recebendo doações de cestas básicas e também em dinheiro e direcionando-as para os estudantes em situação de vulnerabilidade, como afirma o site da UFSC²⁶.

É necessário compreender o caráter provisório de tais medidas por conta de uma situação atípica e emergencial, onde foi preciso lidar com as demandas de forma imediata, em prol de garantir a segurança e saúde dos envolvidos. Todavia,

²⁶ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/03/ufsc-solidaria-entidades-recebem-doacoes-para-distribuicao-de-cestas-basicas-a-estudantes/>

apenas a oferta do alimento de maneira superficial não é o suficiente para superar as expressões da questão social que causam a fome, é preciso instituir “[...] estratégias que contribuam para a efetivação do conjunto dos direitos sociais e em uma proteção social que atenda às necessidades básicas do ser humano e não apenas a alimentação.” (SCHAPPO, 2021, p. 32). Desse modo, cabe destacar que não se constituía como responsabilidade da UFSC o subsídio de condições básicas para a subsistência dos estudantes. No entanto, faz-se necessário reconhecer o quanto fundamental foram as medidas tomadas pela UFSC, principalmente, considerando o histórico de desproteção social em nosso país.

O Programa Emergencial de Apoio ao Estudante, popularmente conhecido como Auxílio Emergencial, foi implementado pela PRAE em março de 2020, com intuito de realizar uma complementação financeira capaz de suprir as necessidades nutricionais dos estudantes, perante o fechamento do Restaurante Universitário da UFSC. O valor do auxílio inicialmente era de R\$ 200,00 (duzentos reais), mas foi alterado em Novembro de 2021, conforme o Edital nº 18/2021/PRAE, de 23 de Novembro de 2021²⁷, para o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Possuindo como público-alvo, conforme disposto no Art. 2º do capítulo II do Edital nº 05/PRAE/2020, de 17 de Março de 2020²⁸:

O Programa Emergencial de Apoio ao Estudante visa atender aos estudantes beneficiados pelo Programa de Isenção do Pagamento das refeições do Restaurante Universitário (Edital nº 2/2020/PRAE) e matrícula regular nos Cursos de Graduação presencial da UFSC.

Conforme o Relatório de Gestão de 2020, foram ofertadas, no mesmo ano, de março até dezembro, um total de 32.948 parcelas do Auxílio Emergencial, totalizando o custo de R\$ 6.589.600,00. Os números do Auxílio Emergencial condizem com o número de estudantes beneficiados pelo Programa de Isenção do Pagamento das refeições do Restaurante Universitário do ano anterior, que teve 3859 parcelas, enquanto o Auxílio Emergencial no ano de 2020 ficou com cerca de 3 mil parcelas por mês, tendo algumas variações de um mês para outro. Porém, ao se comparar ao custo total do ano de 2019, levando em consideração todos que utilizaram o RU, não apenas os isentos, todos os campi, almoxarifado, prestadores

²⁷ Disponível em: <https://prae.paginas.ufsc.br/files/2021/11/Edital-18-2021-PRAE-Altera-valor-do-auxilio-emergencial.pdf>

²⁸ Disponível em: <https://prae.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Edital-5-2020-PRAE-Programa-Emergencial-de-Apoio-ao-Estudante.pdf>

de serviços e outros, se tem um custo anual de R\$ 21.993.085,17. Observa-se então, no ano de 2020 um gasto muito inferior com a alimentação dos estudantes, ao focar-se unicamente nos que possuíam isenção do RU, através de um repasse financeiro.

Nesse contexto cabe retomar Mocelin (2019) e sua crítica à financeirização da assistência estudantil em detrimento da responsabilização do Estado pelo oferecimento de serviços permanentes e contínuos. Sabe-se que o Auxílio Emergencial foi uma medida provisória para o cenário da pandemia de COVID-19, onde não havia a possibilidade de manter o Restaurante Universitário aberto de forma segura, mas ainda assim é possível observar a precarização que ocorreu na ação da universidade em relação a alimentação dos estudantes, visto que o repasse financeiro foi focalizado apenas para os estudantes isentos. De acordo com o Relatório de Gestão de 2019, um número muito maior de pessoas frequentava o espaço do RU, desde docentes, discentes, isentos, não isentos, servidores, entre outros.

Se trata de um montante muito grande de pessoas que dependiam, de certa forma, da alimentação provida pelo RU, mesmo que muitos destes estudantes não se encaixassem no critério socioeconômico para ter acesso ao benefício de isenção, isso não significa que possuíam condições financeiras de bancar uma alimentação na mesma qualidade da qual era fornecida pela universidade. Importa destacar o valor diminuto que custa cada refeição para os usuários do RU²⁹. Nem mesmo o próprio Auxílio Emergencial, seja no valor inicial de R\$ 200,00 (duzentos reais) ou no posterior de R\$ 300,00 (trezentos reais), é capaz de arcar com todos estes gastos, se trata de um complemento financeiro. Ou seja, os estudantes que antes podiam ter acesso a uma alimentação de qualidade dentro da própria universidade por um valor muito abaixo do mercado, ou até de forma gratuita, agora precisam custear por um valor muito mais alto e muitas vezes, inacessível.

A alimentação de qualidade desempenha um papel muito importante na vida e na permanência de estudantes no ensino superior, ainda mais em tempos de pandemia, onde as expressões da questão social se apresentam ainda mais agravadas, desde o desemprego, trabalho informal, retrocessos na área dos direitos, fatores estes que culminam na intensificação da fome e da insegurança alimentar,

²⁹ Sendo R\$ 1,50 para alunos e R\$ 2,90 para servidores.

atingindo diretamente a população mais empobrecida. Como afirma Schappo (2021, p. 43):

Frente a esta problemática, as medidas de combate à fome, à insegurança alimentar e a proteção à vida exigem esforços conjuntos e articulados com respeito à participação da sociedade, especialmente na elaboração de planos e estratégias, assim como exige a responsabilidade dos governos na sustentação da renda, na efetivação de direitos, nos investimentos e nas políticas públicas.

Como analisado nos itens anteriores, para a assistência estudantil ser efetiva é necessário que ela esteja conciliada às demais políticas públicas, que nesse contexto apresentam um papel ainda mais significativo. Porém, em uma situação onde não ocorre os devidos investimentos nas políticas públicas, mas sim uma desresponsabilização do Estado, como foi o caso durante a pandemia, a assistência estudantil se vê sozinha, precisando lidar com as demandas dentro do que é possível, levando em consideração os recursos humanos, assim como os limites financeiros e institucionais, o que acaba gerando benefícios que estão longe do ideal.

Com relação às novas ações da assistência estudantil visando suprir as demandas que surgiram ou se intensificaram na pandemia, foi realizado inicialmente, conforme o Relatório de Gestão de 2020, o Registro Prévio para Inclusão Digital, que buscava identificar os estudantes que necessitavam de equipamentos de informática e acesso à rede mundial de computadores para participar das aulas no método remoto. Segundo o Edital nº 10/PRAE/2020³⁰ que rege a medida referida, os estudantes podiam registrar-se nas seguintes modalidades: empréstimo de equipamento de informática e pacotes de dados mensais de acesso à rede mundial de computadores, ambos com seus editais específicos.

Ainda conforme o Relatório de Gestão de 2020, o empréstimo de computadores teve um total de 1.440 solicitações entre os meses de julho e novembro, onde todos foram contemplados. Deste montante, foram 149 empréstimos para alunos do Colégio Aplicação, 46 para alunos da pós-graduação da UFSC e 1.245 da graduação. Os estudantes que foram contemplados receberam desktops, tablets ou notebooks e precisaram assinar um termo de responsabilidade.

³⁰ Disponível em: <https://prae.ufsc.br/2020/06/23/edital-102020prae-programa-emergencial-de-inclusao-digital/>

Já o Auxílio Internet se trata de um apoio financeiro que busca auxiliar nas despesas de aquisição de pacotes de internet dos estudantes. Conforme o relatório de gestão, 997 alunos foram contemplados pelo auxílio entre os meses de setembro e dezembro, recebendo um valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, precisando comprovar a contratação do serviço de conexão à internet e o seu pagamento mensalmente. No mesmo ano foi aderido pela UFSC o Projeto Alunos Conectados do Ministério da Educação, que visa, também, o fornecimento de pacotes de dados, sendo a UFSC a responsável pela seleção dos alunos, indo de acordo com os critérios socioeconômicos dispostos pelo PNAES. Fruto dessa adesão, 310 alunos da universidade receberam os chips de pacotes de dados.

Estabelecendo diálogo com as informações em relação a pesquisa realizada por Almeida, Júnior e Osti (2021), torna-se possível depreender que dos estudantes brasileiros de graduação participantes, 3,4% afirmam não ter conseguido participar das atividades remotas por falta de recursos e 34,6% afirmam terem conseguido participar apenas parcialmente pelos mesmos motivos. Esses recursos citados são as condições materiais para que os estudantes consigam ter um ensino de qualidade nas aulas do período remoto, ou seja, internet, computador, notebook, celular e até espaço físico (ALMEIDA; JÚNIOR; OSTI, 2021). Dentre os estudantes que conseguiram participar parcialmente das aulas nota-se problemas com conexão de internet, o fato de assistirem às aulas e realizarem as atividades unicamente pelo celular, o qual acaba não conseguindo executar ações mais complexas, como produzir trabalhos e afins, também se observa problemas com a falta de capacidade de manuseio de TICs (tecnologias da informação e comunicação).

A análise desses dados prova a relevância dos programas de empréstimo de computadores e Auxílio Internet criados pela UFSC no contexto do ensino remoto, ao considerar as dificuldades que essa nova modalidade de ensino trouxe aos estudantes. Um ponto significativo do empréstimo de computadores é o fato de não ser preciso atender critérios socioeconômicos, sendo necessário apenas passar pelo Registro Prévio de Inclusão Digital declarando não possuir computador. Essa medida acabou abrindo mais espaço para que estudantes pudessem participar, dado que atualmente é comum não possuir computadores em casa. Vale ressaltar que muitos estudantes no período presencial possuem apenas celular e quando necessário utilizam os computadores da universidade.

Com relação às dificuldades e desafios no uso das tecnologias no período remoto, que como visto, afligiram muitos estudantes, sendo um dos principais fatores que prejudicaram o aprendizado nesse período, a UFSC ofertou cursos, tanto para servidores, docentes, discentes e público geral, voltados para o uso das plataformas e demais ferramentas digitais de ensino. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Prodegesp) atende demandas de capacitação de docentes e técnico-administrativos. A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) tem seu foco na capacitação de docentes. A Secretaria de Educação à Distância (Sead) realiza o planejamento de materiais didático-pedagógicos e educacionais na modalidade de ensino a distância e criou a página Recursos Tecnológicos para Aprendizagem buscando ajudar na capacitação de docentes, discentes e técnicos. A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) criou o Núcleos de Produção de Conteúdos Digitais, oferecendo cursos gratuitos e não presenciais relacionados ao uso de tecnologias digitais da educação, possuindo também um núcleo voltado à educação em Libras³¹. Estes cursos foram indispensáveis, ainda mais aliados aos programas de Auxílio Internet e Empréstimo de Computadores, uma vez que eles se completam. No ensino remoto não adianta possuir as condições materiais e não saber utilizá-las, assim como não adianta saber utilizar o instrumento e não ter ele à disposição.

No ano de 2021 a UFSC manteve suas atividades acadêmicas e administrativas na modalidade remota, possuindo poucas mudanças relevantes com relação à assistência estudantil do ano de 2020. Destaca-se, nesse cenário, a criação de um novo meio de atendimento de usuários pelos setores da PRAE: o Portal de Atendimento Institucional (PAI). O portal representa um canal de atendimento mais simples e fácil, utilizando como meio de comunicação o e-mail e trazendo as seguintes vantagens, de acordo com o site da UFSC³²:

Padronização do atendimento – reflete em transparência ao usuário;
Rastreabilidade das solicitações – através de registros dos chamados;
Atendimento eletrônico, via e-mail; Divisão de papéis – atribuição de responsabilidades; Possibilidade de estatísticas dos atendimentos.

O PAI se trata de um meio de atendimento interessante para facilitar a organização e coordenação das demandas, de forma também a diminuir a sobrecarga sofrida pelos servidores dos setores da PRAE, principalmente, dos

³¹ Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/capacitacao-durante-a-pandemia-de-covid-19/>

³² Disponível em: <https://setic.ufsc.br/2015/12/07/pai-portal-de-atendimentos-institucional/>

assistentes sociais do DPE que, durante a pandemia, passaram por um momento de desgaste físico e mental, tendo suas condições de trabalho precarizadas com a implementação do teletrabalho.

A incorporação do trabalho remoto além de estimular a individualização ao diminuir de forma gritante a sociabilidade que se tinha presencialmente, também implica na responsabilização dos trabalhadores por seus equipamentos de trabalho. Além desse repasse dos custos de internet, computador e demais instrumentos aos trabalhadores, também se observa que estes precisam desempenhar suas funções em um ambiente inadequado, suas próprias casas, o que leva a uma intensificação da carga horária e a dificuldade de separar os momentos de trabalho dos momentos de não trabalho. Ademais, o assistente social também precisa lidar com a sensação de impotência devido às grandes demandas recebidas e a falta de infraestrutura para atendê-las adequadamente. Todos esses fatores implicam no adoecimento, tensão, estresse, desgaste mental e físico, ansiedade, fadiga, entre outros.

As TICs nesse momento da pandemia podem desempenhar tanto um papel precarizador das atividades de trabalho, quanto facilitar esses processos, promovendo ações que não poderiam ser realizadas presencialmente devido às medidas de isolamento social. Porém, a praticidade das tecnologias não pode nos deixar esquecer a importância, principalmente para o trabalho do assistente social, do contato presencial com o usuário, que é essencial para que este sinta-se verdadeiramente acolhido ao expressar e contar suas vivências. Sobre o teletrabalho no Serviço Social, Arregui e Raichelis sinalizam que,

(...) há um impacto profundo na forma de ser do trabalho profissional, que se materializa por meio da relação presencial, dialógica e político-pedagógica com os sujeitos com os quais assistentes sociais trabalham e para os quais prestam serviços profissionais (2021, p.147).

Outra mudança importante no ano de 2021 na UFSC, com relação às ações de assistência estudantil, foi a suspensão de novos editais do Programa de Apoio a Atividades Esportivas (PAAE). Conforme o Relatório de Gestão de 2021, foi levado em consideração a revogação da Portaria Normativa nº 390/2021/GR, de 1º de abril de 2021 ao suspender as atividades esportivas presenciais. No mesmo também foi criado o Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAIQ), já exposto no item anterior, de acordo com dados do Relatório

de Gestão de 2021 foram ofertadas 509 parcelas do bolsa PAIQ, tendo como custo total R\$ 458.100,00.

Em 18 de abril de 2022 o RU voltou com seu atendimento presencial. Para tanto, foi implementado um controle eletrônico de acesso aos refeitórios, através de cartões e agendamento prévio, assim como foram estipuladas as normas de acesso, de acordo com a Portaria nº 07/2022/PRAE, de 29 de agosto de 2022, definindo o público-alvo e determinando um horário de funcionamento³³. A Divisão de Nutrição do RU estabeleceu procedimentos para a produção e distribuição das refeições, além de realizar treinamentos com os servidores, seguindo os protocolos de segurança sanitária. Em conformidade com os dados do Relatório de Gestão de 2022, foram ofertadas 1.315.480 refeições apenas no campus de Florianópolis, tendo R\$ 12.229.763,92 em gastos. No referente ano também foram computados 3.717 estudantes com isenção do RU. Com a volta do atendimento do Restaurante Universitário, o Auxílio Emergencial esteve vigente apenas até o mês de março de 2022, com um total de 10.461 parcelas de auxílio ofertadas, e um valor total de R\$ 3.138.300,00. Também pode-se observar um crescimento dos números do Bolsa PAIQ, visto que em 2022 foram distribuídas 1.275 parcelas do benefício, mais do que o dobro do ano de 2021 em que foi criada.

O cenário da pandemia de COVID-19 contribuiu para comprovar a importância que a assistência estudantil desempenha na vida dos estudantes, assim como também acentuou as problemáticas passadas por essas ações, tornando mais nítida a necessidade de mudanças e qualificação, não apenas no eixo da assistência estudantil como nas mais diversas políticas públicas.

Porém, mesmo com o fim da pandemia não se pode permitir um arrefecimento, pois esse período deixou marcas profundas na nossa sociedade, das quais ainda precisam ser enfrentadas. É preciso que a assistência estudantil aja com toda sua potência nesse momento, apreendendo as nuances da realidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade e buscando alternativas, juntamente com a comunidade acadêmica, para que esse retorno às aulas presenciais se mantenha de forma segura e com qualidade.

33

4 CONCLUSÃO

Para compreender como a pandemia de COVID-19 afetou a permanência e a educação no ensino superior no Brasil é preciso, primeiramente, compreender a

formação sócio-histórica da formação do país, visto que os elementos que constituem a questão social na particularidade do capitalismo dependente encontram-se inseridos nessa dinâmica.

A invasão colonial e a exploração escravista foram base para a implementação do capitalismo dependente no país, onde se criou uma estrutura difícil de ser superada, fundamentada no racismo, na concentração de rendas, no latifúndio e na violência. O Brasil é visto como uma fonte de riquezas naturais a serem tomadas, assim como mão-de-obra barata e fácil de ser explorada, considerando os poucos direitos trabalhistas. Cria-se uma situação de exploração que é naturalizada pela alienação impetrada à classe trabalhadora.

Posto que uma educação conscientizadora e emancipadora representa uma ameaça para o modo de produção vigente, o capitalismo dependente implica, também, em uma educação dependente, voltada para a formação de força de trabalho, com intuito de atender as demandas do mercado, e pautada nos interesses da burguesia. Além da constante tentativa de aprofundar a privatização do ensino superior, tornando-o cada vez mais elitizado, provando que o acesso à educação gratuita e de qualidade como um direito ainda está longe de ser verdadeiramente conquistado no Brasil.

É nítido a tentativa de manter as classes subalternas distantes do ensino superior, nesse sentido as políticas de ações afirmativas representam uma conquista de grande importância, produto de muitos anos de lutas, que abriram portas para a classe trabalhadora se inserir nas universidades. Todavia, apenas ampliar a porta de entrada não é o suficiente para superar décadas de exclusão e desigualdade. Para permanecer na universidade, mesmo que seja pública, demanda diversos gastos como material pedagógico, moradia, transporte, alimentação. Desse modo, faz-se necessário uma política de assistência estudantil estruturada e aliada das demais políticas públicas para garantir uma educação de qualidade e permanência dos estudantes no ensino superior.

Essas demandas para a assistência estudantil tornam-se ainda mais agudas durante a pandemia, posto que a mesma acentuou as expressões da questão social já existentes. O coronavírus surgiu subitamente e criou novas demandas e a necessidade de decisões e ações imediatas. Mas, em um país como o Brasil, que no momento possuía um governo conservador e negacionista, com um histórico de precarização de direitos sociais, onde muitos sequer têm acesso a saneamento

básico, o enfrentamento da pandemia foi muito aquém do necessário. Foi um cenário trágico para o país, ocorreram muitas mortes, os níveis de desemprego se elevaram, assim como a fome, mesmo com as medidas de prevenção impostas pela OMS (Organização Mundial de Saúde), dentre as quais o isolamento social. Muitas pessoas precisaram continuar trabalhando presencialmente, convivendo com o constante medo de contrair o vírus.

É nítido que esses aspectos afetaram diretamente os estudantes das IFES, principalmente, o público-alvo da assistência estudantil, vulneráveis socioeconomicamente. A suspensão das aulas presenciais foi um baque e gerou muitas incertezas sobre a continuidade do ensino nessas condições, uma vez que ainda não se tinha total conhecimento sobre a nocividade da situação. A transferência das aulas presenciais para o ensino remoto emergencial, mesmo que momentaneamente, foi um fator divisor de águas para o ensino superior brasileiro. Os estudantes que já se encontravam fragilizados pela própria conjuntura do país e pelas complicações geradas e acentuadas pela pandemia, agora precisavam se adaptar a um novo método de ensino, o qual demandava o acesso a computadores, internet e local adequado para assistir às aulas.

Na Universidade Federal de Santa Catarina não foi diferente, a suspensão das aulas presenciais em 16 de março de 2020, que culminou também no fechamento do restaurante universitário e em orientações para que estudantes da moradia estudantil, se possível, se mudassem para a casa de familiares, gerou muitas inseguranças dentre os estudantes com relação a sua alimentação e moradia. A confirmação do ensino remoto, mesmo após um levantamento de informações e dados dos estudantes para realizá-lo da melhor forma possível, gerou diversas complicações e tornou as demandas dos estudantes ainda mais evidentes. Com as demandas e dúvidas trazidas pelo novo método de ensino, a assistência estudantil precisava agir de forma rápida para evitar a evasão de alunos da universidade.

Como analisado nos capítulos deste trabalho, as demandas na UFSC durante a pandemia orbitaram, principalmente, na alimentação, visto que a fonte de nutrição e subsistência de muitos estudantes é provida pelo Restaurante Universitário, o qual precisou ser fechado atendendo as medidas de prevenção do vírus. Outras demandas evidenciadas nesse momento foram as com relação ao acesso à computadores e internet, posto que as aulas no ensino remoto dependem,

incondicionalmente, destes instrumentos. Ademais, houve uma ampliação de demanda em relação a psicologia educacional, pois a pandemia e o isolamento social foram aspectos que afetaram diretamente a saúde mental dos estudantes.

A assistência estudantil da UFSC foi ágil ao criar programas capazes de amenizar as novas demandas recebidas nessa conjuntura, mesmo com suas limitações de recursos humanos e orçamentários, além dos próprios limites da instituição. Com relação a alimentação foi criado o auxílio emergencial, que como medida momentânea, desempenhou um papel importante para garantir aos estudantes isentos do RU uma renda extra capaz de auxiliar nos gastos com a sua alimentação. Porém, há de se reconhecer seus limitadores, sendo muito inferior se comparado a alimentação oferecida pelo Restaurante Universitário.

Os empréstimos de computadores e o Auxílio Internet também representaram programas essenciais para a continuidade das aulas mesmo no período remoto, assim como a psicologia educacional. Entretanto, mesmo com a perda da qualidade do ensino e do grande risco de evasão estudantil terem representado fatores que demandaram muitos cuidados durante a pandemia, o setor de psicologia educacional não realizou um grande número de atendimentos, levando novamente em consideração os limites de recursos.

A pandemia criou um cenário muito adverso aos estudantes, que com o aumento do desemprego e da fome, assim como da informalidade no âmbito do trabalho, gerou grande sobrecarga aos que optaram por manter seus estudos no ensino superior, precisando conciliar trabalho, cuidados domésticos e estudos.

Em caráter de síntese conclui-se que as instituições de ensino superior, mais especificamente a UFSC, empregaram suas ações de assistência estudantil, nesse contexto tão atípico e delicado, com qualidade e responderam rapidamente às novas demandas recebidas dos docentes. Porém, os limites impostos sobre a política de assistência estudantil, somados à falta de planejamento prévio governamental e também da própria universidade, geraram complicações nas ações e programas dispostos, sendo incapazes de atender a totalidade das dificuldades dos estudantes que implicam diretamente na sua permanência e ensino de qualidade. Destaca-se o papel importante desempenhado pela assistência estudantil, mas sem esquecer que esta precisa sempre estar aliada das demais políticas públicas, para se tornar ainda mais eficiente. Não se pode esperar que a assistência estudantil se responsabilize por todas as demandas dos estudantes, pois como já observado esta possui seus

limites e suas devidas atribuições, são necessárias outras ações governamentais que, de forma intersetorial e efetiva, garantam os direitos sociais à população.

Como sugestões para estudos futuros constata-se a necessidade de estudos que apreendam a realidade de atuação dos assistentes sociais responsáveis pela assistência estudantil no período da pandemia, posto que estes também lidaram com a transferência do presencial para o remoto, com a necessidade de dispor de seus próprios instrumentos de trabalho, com a sobrecarga de horas de trabalho, assim como ficaram na linha de frente do atendimento das demandas dos estudantes, precisando agir rapidamente nas respostas e criação de programas, concomitantemente enfrentando os limites institucionais existentes. A impossibilidade de atender todas as demandas recebidas, somada à sobrecarga de trabalho são fatores que afetam diretamente a saúde mental dos assistentes sociais e demandam o aprofundamento reflexivo para que subsidiem análises e reivindicações por melhores condições de trabalho.

Por fim, objetiva-se ainda a socialização das reflexões aqui produzidas com os profissionais que atuam no DPE, visando colaborar para a ampliação de conhecimentos sobre o tema e, talvez, para a criação de novas medidas que busquem evitar a evasão estudantil no ensino superior durante a pós pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Pandemia dificulta acesso de 28,6 milhões de pessoas ao mercado de trabalho na última semana de maio**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27972-pandemia-dificulta-acesso-de-28-6-milhoes-de-pessoas-ao-mercado-de-trabalho-na-ultima-semana-de-maio>. Acesso em: 3 de mar. 2023.

ALMEIDA, W. DA S. DE . et al.. **Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, p. e200105, 2020.

ALVES, Jolinda, 2002, **A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública**. Serviço Social em Revista [online]. Vol. 5, no 1. Available from: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm

ANDIFES. **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília, 2018.

BEZERRA, C. B. et al.. **Impacto psicossocial do isolamento durante pandemia de covid-19 na população brasileira: análise transversal preliminar**. Saúde e Sociedade, v. 29, n. 4, p. e200412, 2020.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

_____. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao34.htm.

_____. Constituição (1946) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. Constituição (1967) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF, 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. Decreto nº 5.205, DE 14 DE SETEMBRO DE 2004. **Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.

_____. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 19 de julho de 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

_____. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil**.

_____. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de mai. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001

_____. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. **Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974**, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

_____. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

_____. Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média**. Brasília, DF, 28 de novembro de 1968.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 544**, de 16 de junho de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, 16 de jun. 2020.

_____. Portaria Normativa nº 39, de 12 dez. 2007a. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em 20 de março de 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caixa Econômica Federal**. Brasil. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros - 2020**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2020/domicilios/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

CINTRA, Renato Fabiano et al. **Reflexo da Pandemia COVID-19 nas Ações da Assistência Estudantil**: Análise nas Instituições Federais de Ensino Superior. Revista GUAL, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2022.

CNN BRASIL. **Brasil passa de 90 mil mortes e 2,5 milhões de casos de COVID-19.** CNN Brasil, São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-passa-de-90-mil-mortes-e-2-5-milhoes-de-casos-de-covid-19/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

COUTINHO, C. N. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?** Marília: Novos Rumos, v. 49, nº 1, 2012, p. 117-126.

DAL BELLO, M. G.; GODOI, S.; RIBAS, V. **Educação Superior, Pandemia e (Des)governo Bolsonaro.** Capitalismo, Estado e Pandemia da COVID-19: Dialogos com o Serviço Social, Campo Mourão, PR, p. 19-32, 2022.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C.. **A Contrarreforma Neoliberal e a Terceirização:** a precarização como regra. Caderno CRH, v. 32, n. 86, p. 289–306, maio 2019.

FARAGE, E.. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 48–65, jan. 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

_____. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez. 1989.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **ConVid Pesquisa de Comportamentos.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

G1. **Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial.** G1, [São Paulo], 03 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>. Acesso em: 12 mai. 2023.

IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Agência de Notícias IBGE, 4 de jun. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IMPERATORI, T. K.. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Serviço Social & Sociedade, n. 129, p. 285–303, maio 2017.

KREIN, J. D. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva:** consequências da reforma trabalhista. Tempo Social, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.138082. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/138082>. Acesso em: 15 mai. 2023.

LARA, R. **Pandemia e Serviço Social: Condições de Trabalho e Saúde dos Assistentes Sociais. Capitalismo, Estado e Pandemia da COVID-19: Diálogos com o Serviço Social**, Campo Mourão, PR, p. 56-63, 2022.

LEHER, R. **Darcy Ribeiro e a universidade (cada vez mais) necessária**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 3, p. 145-153, 2017.

_____. **Universidade Pública Federal Brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa**. Educação & Sociedade, v. 42, p. e241425, 2021.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C.. **Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 37, p. e200067, 2020.

MOCELIN, C. E. **Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial**. O Social em Questão, n.º 45, p. 239-260, set./dez. 2019.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo, Paulinas, 2012.

NECKEL, R.; KÜCHLER, A.D.C. **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Universidade Federal de Santa Catarina. Editora da Universidade. Florianópolis, 2010.

NEGRI, F. L.; DE JESUS, E.; KRÜGER, T. R. **Planos de contingência em razão da pandemia de COVID-19: subsídios para elaboração**. p. 1-15, jun. 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Revista Argumentum, v. 4, n. 1, p. 102-222, jan./jun. 2012.

OSTI, A.; DE FREITAS PONTES JÚNIOR, J. A.; S. ALMEIDA, L.. **O Comprometimento Acadêmico no Contexto da Pandemia da COVID-19 em Estudantes Brasileiros do Ensino Superior**. Revista Prâksis, [S. l.], v. 3, p. 275–292, 2021. DOI: 10.25112/rpr.v3.2676. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/2676>. Acesso em: 18 mar. 2023.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C.. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia**. Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 134–152, jan. 2021.

SANTOS, Claudia Priscila C. dos; BARRETO, Pedro Luiz Manique. **Estudantes da assistência estudantil e retorno presencial na UFSC**. Relatório, Universidade Federal de Santa Catarina, maio de 2022. Disponível em:

<https://prae.paginas.ufsc.br/files/2022/05/Assist%C3%A2ncia-Estudantil-e-retorno-presencial.pdf>

SANTOS, Cláudia Priscila C. dos and MARAFON, Nelize Moscon, 2016. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal**: desafios para o Serviço Social. *Textos&Contextos*. 2016. Vol. 15, no. 2, p. 408–422. DOI 10.15448/1677-509.2016.2.22232.

SCHAPPO, S. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19**. *SER Social*, [S. l.], v. 23, n. 48, p. 28–52, 2021. DOI: 10.26512/sersocial.v23i48.32423. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423. Acesso em: 18 dez. 2022.

SCHMIDT, B. et al.. **Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 37, p. e200063, 2020.

SMITH, L. T.. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Trad. Barbosa, Roberto G.. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SOUSA, Letícia Pereira de. **Ensino Remoto e Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras**: O Contexto da Pandemia. *Revista Humanidades & Inovação: Educação como reinvenção da vida pós-pandemia II*. Palmas - TO, v. 9, n. 27, p. 114-126, abr. 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e Luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. 1 ed.—São Paulo: HUCITEC, 2020.

SOUZA, E. A. **A pandemia da COVID-19, negacionismo e inabilidade política no Brasil: um olhar a partir do serviço social**. *Capitalismo, Estado e Pandemia da COVID-19*: Dialogos com o Serviço Social, Campo Mourão, PR, p. 63-81, 2022.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quantitativa-qualitativa**: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia, Uberlândia*, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

UFSC. **Coronavírus**: servidor da UFSC produz vídeos em Língua Brasileira de Sinais. UFSC Notícias, 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/04/coronavirus-conheca-canais-de-informacao-sobre-a-covid-19-em-libras/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Cursos** – formação durante a Pandemia de Covid-19. Notícias UFSC. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/capacitacao-durante-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Edital nº 08/2020 - PRAE: Cadastro PRAE emergencial**. Programa de Assistência Estudantil (PRAE) UFSC, 2020. Disponível em:

<https://prae.paginas.ufsc.br/files/2020/05/Edital-08-2020-PRAE-Cadastro-PRAE-emergencial.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Edital 10/2020 - PRAE:** Programa Emergencial de Inclusão Digital. PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Disponível em: <https://prae.ufsc.br/2020/06/23/edital-102020prae-programa-emergencial-de-inclusao-digital/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Edital 18/2021 - PRAE:** Altera valor do auxílio emergencial. PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Disponível em: <https://prae.paginas.ufsc.br/files/2021/11/Edital-18-2021-PRAE-Altera-valor-do-auxilio-emergencial.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Edital 5/2020 - PRAE:** Programa Emergencial de Apoio ao Estudante. PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Disponível em: <https://prae.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Edital-5-2020-PRAE-Programa-Emergencial-de-Apoio-ao-Estudante.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Instituto da UFSC alerta para sobrecarga de mulheres nas novas rotinas devido à pandemia.** Notícias UFSC, 8 de set. 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/09/instituto-de-estudos-de-genero-da-ufsc-alerta-para-sobrecarga-de-mulheres-nas-novas-rotinas-devido-a-pandemia/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Números da UFSC contra o coronavírus.** Disponível em: <https://coronavirus.ufsc.br/numeros-da-ufsc-contra-o-coronavirus/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **PAI - Portal de Atendimento Institucional.** SETIC UFSC. Disponível em: <https://setic.ufsc.br/2015/12/07/pai-portal-de-atendimentos-institucional/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Pesquisa sobre atividades acadêmicas durante a pandemia encerra-se nesta quarta-feira, dia 10 de junho.** UFSC Notícias, 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/06/pesquisa-sobre-atividades-academicas-durante-a-pandemia-encerra-se-nesta-quarta-dia-10-de-junho/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Portaria nº 07/2022/PRAE,** de 29 de agosto de 2022. RU UFSC. Disponível em: https://ru.ufsc.br/files/2022/09/Portaria_07_Acesso_aos_Restaurantes_Universitarios_RUs-2.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Edital Cadastro PRAE 2023.** Disponível em: <https://prae.ufsc.br/2023/01/27/edital-cadastro-prae-2023/> Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Edital nº 02/2023/PRAE.** Disponível em: <https://prae.ufsc.br/2023/02/10/edital-no-022023prae/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Equipe e Contatos.** Disponível em: <https://prae.ufsc.br/equipe/> . Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **DPE** – Departamento de Permanência Estudantil. Disponível em: <https://prae.ufsc.br/dpe/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **PRAE**. Disponível em: <https://prae.ufsc.br/a-prae-2/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Reitor divulga mensagem sobre a condução da universidade em dois anos de pandemia**. UFSC Notícias, 2022. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/03/reitor-divulga-mensagem-sobre-a-conducao-da-universidade-em-dois-anos-de-pandemia/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Relatório de Gestão**. Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) - UFSC. Disponível em: <https://dpgi-seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **UFSC coordena desenvolvimento de vacina contra novo coronavírus**. UFSC Notícias, 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/07/ufsc-coordena-desenvolvimento-de-vacina-contrano-novo-coronavirus/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **UFSC Solidária**: entidades recebem doações para distribuição de cestas básicas a estudantes. UFSC Notícias, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/03/ufsc-solidaria-entidades-recebem-doacoes-para-distribuicao-de-cestas-basicas-a-estudantes/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

_____. **Vínculo ZDD e disciplina com pré-requisitos**. Apoio Coordenadorias Cursos Graduação UFSC, 2020. Disponível em: <https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/2020/09/03/orientacoes-gerais/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

UOL ECONOMIA. **UOL Economia**. São Paulo. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

VASCONCELOS, Natália. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.